novos caminhos

Publicação da Associação dos Professores Universitários de Belo Horizonte
Outubro de 1984

OUTUBRO/84
nº 4



A greve de 84

Índice

Um aprendizado democrático	3
Educação Superior e Desigualdade: Reflexões sobre a política educacional	7
Um modelo doente e mal educado	11
O sonho acabou?	13
84 dias de 84	17
Universidade, meios de comunicação, opinão pública	19
Servidores se descobrem como categoria permanente	24
Servidores querem participar do poder	27
Médicos residentes: unidade e vitória	31
De que fala esta ausência?	33
Parar foi um ato de responsabilidade	36
A greve pode gerar uma nova Universidade (aberta)	40
Algumas considerações sobre o comando nacional de greve	42
A fragilidade do fundo de greve	44
Intransigência versus transigência	45
Dois momentos do CRUB	55
O dia-a-dia da greve	60

Indice

Apresentação

Nossa greve não é assunto encerrado. Não porque tenha durado 85 dias - e se possa colocar no livro dos recordes -, mas enquanto despertou e desperta conflitos que salientam desavenças, enquanto acordou e acorda problemas que buscam soluções imediatas, enquanto levantou e levanta questões que pairam no ar sem respostas, enquanto - por que não?! - mostrou e mostra respostas à cata de questões que não foram sequer formuladas.

Com seus diferentes momentos, nossa greve nos forneceu rico conjunto de dados que merecem interpretação e análise. As pragas da burocratização, da falta de autonomia, da excessiva centralização nas cúpulas, da parcimônia dos recursos, do irrisório dos salários vieram à tona. Deterioração, degradação, insucesso, insatisfação, escassez, etc. rotularam a qualidade do ensino e o nível de nossas pesquisas universitárias. O funcionamento de nossas instituições - que mereceu a alcunha de 'caótico' - não pode mais prescindir da voz das assembléias. Princípios democráticos inquestionáveis - diretas, já! - orientam agora a ampliação das representações de professores, funcionários e estudantes nos órgãos colegiados. A descentralização das decisões administrativas se transformou em exigência. Um repensar profundo da Universidade Brasileira tornou-se grito político e grito patriótico. Protesto passou a ter vez à política de privilégios para privilegiados, que legitima contrastes absurdos, desigualdades e contradições em nosso sistema educacional. A função social da Universidade está em questão.

O objetivo de nossas L I Ç Õ E S D A G R E V E é o de polemizar, abalar, desinstalar, inquietar, fazer pensar! Não temos respostas prontas e soluções definitivas...Mas, em última análise, pretendemos abrir espaço - e tempo! - para que forças emergentes, a nova Universidade, se insira num processo mais amplo de construção de uma nova sociedade!

Além dos textos aqui presentes, outros foram solicitados (ao DCE, ao Reitor), mas não foram enviados a tempo. Não importa. O importante é dar continuidade à discussão , e esta publicação continuará aberta às contribuições de todos os que se dispõem a debater os NOVOS CAMINHOS da Universidade.

A COMISSÃO EDITORIAL

Apresentação

Um aprendizado democrático

Luiz Bicalho (*)

Merece destaque a unidade dos professores durante a greve. Enquanto participantes do movimento, seus objetivos se unificam e são deixados de lado os pré-juízos de toda sorte. O movimento é que faz sua verdade.

A instituição universitária, enquanto instituição, conta com suas leis, normas, papéis ou funções e um corpo material. A isso se acrescenta uma estrutura de poder vertical, que se acentuou com a modernização pretendida pela Revolução de 64 e que curiosamente adotou o modelo da Universidade de Brasília, criada em pleno sistema de governo populista.

As funções de direção são exercidas por representação, em sistema de eleição indireta, cabendo ao mandatário superior a escolha entre os nomes a ele encaminhados. Os departamentos, base do edifício universitário, só se comunicam através de seus representantes.

Corpo solidificado, estrutura vertical altamente centralizada, atomização - a instituição universitária traz em si inércia própria e inevitável tendência à estabilidade, por isso mesmo revelando intransponível dificuldade em reagir como corpo orgânico a qualquer situação inusitada.

Já as associações docentes têm história bem recente. Frutos da inquietação política existente no país e da incapacidade da instituição para defender os interesses de seus professores e os dela própria, começaram a pulular em todo o Brasil por volta de 1978. Bastante sintomático, em nosso caso, é o fato da proposta de uma associação docente (Associação dos Professores Universitários de Belo Horizonte - APUBH) ter surgido, àquela época, em assembléia de seiscentos a oitocentos professores, reunidos no Instituto de Ciências Exatas (ICEX), em defesa da UFMG, ameaçada pela invasão de forças policiais.

CONAD

A partir daí, começaram os professores de todo o país a unificar sua ação no Conselho Nacional das Associações Docentes (CONAD), que reúne os representantes das diversas AD's. Essa unificação tomou corpo com a greve nacional dos professores das universidades federais autárquicas, em 1980, e a criação, no ano seguinte, da Associação Nacional dos Docentes do Ensino Superior.

ANDES, CONAD e AD's, núcleo do movimento univerisitário, têm por instância máxima o Congresso dos Professores Universitários, que se reúne anualmente.

Mas essas instituições mantêm uma relação bastante flexível com o movimento, mais amplo, dos professores universitários. Assim, no caso das greves, o poder decisório repousa nas assembléias gerais dos professores das universidades, sejam ou não associados das AD's. E só essas assembléias têm poder decisório. Elas é que escolhem o comando local da

(*) Professor da Fafich

greve, mais coordenação que comando, só lhe cabendo decidir quanto à aplicação das decisões tomadas nas assembléias gerais.

E esse comando, formado por representantes das diversas unidades, tem uma constituição igualmente flexível, dele podendo participar todo professor que compareça a suas reuniões. Por exemplo, o comando da UFMG na última greve chegava a contar às vezes com a presença de cerca de cem professores, algo como uma assembléia permanente dos professores da Universidade, nos intervalos entre as assembléias gerais.

Se o afluxo de professores dificultava em certos casos o desenvolvimento das atividades do comando, isso era altamente compensado pelo molde democrático de seu funcionamento. O comando local era ainda o elo de ligação com o comando nacional de greve, este por sua vez constituído por representantes dos comandos locais, com caráter sempre renovável, também mais coordenação que comando, já que o poder decisório do movimento repousa nas assembléias gerais das universidades.

Como se vê, diferentemente da estrutura de poder vertical, autoritária e estática da instituição universitária, a estrutura de poder do movimento dos professores é horizontal, democrática e dinâmica, uma "assembleíte", conforme foi caracterizada desde a a primeira greve por um dos órgãos nacionais de imprensa, com seu faro extremamente conservador e elitista.

A última greve dos professores universitários veio confirmar plenamente as colocações anteriores.

SALÁRIOS E VERBAS

Não se pode desligá-la das três greves que a precederam. Como nelas, suas reivindicações formavam dois corpos, que podem ser assim resumidos: vencimentos condignos e condições adequadas de trabalho, isto é, verbas para a educação.

Apenas a situação, agora, se agravava ao extremo. A política salarial do governo concentrava todo seu peso negativo sobre o funcionalismo (de que os professores autárquicos fazem parte) e a verbas destinadas às universidades já eram tão irrisórias que não mais permitiam seu funcionamento.

Os professores foram sensíveis a esse agravamento. Ao lado das reinvindicações salariais, facilmente traduzidas em propostas concretas, o segundo corpo das reinvindicações podia agora sair de sua generalidade - verbas para a educação - e ser igualmente traduzido em propostas concretas; o que possibilitava ao movimento uma amplitude e apoio social que antes não alcançara.

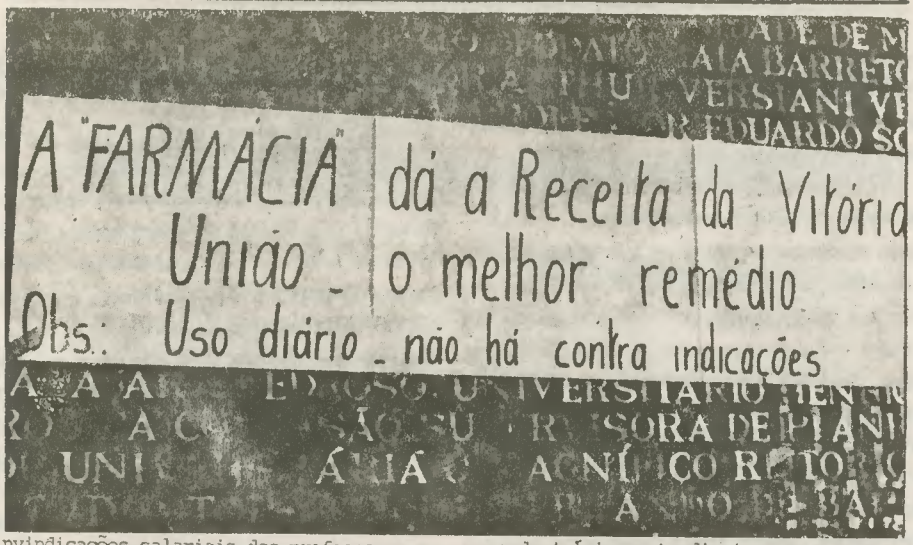
Como reagiu a essa situação o aparelho dirigente das instituições universitárias?

Sabe-se de sua ambigüidade. Ele é constituído por professores, que devem respeito a seus colegas, mas que são ao mesmo tempo veículos da política do governo, isto é, funcionários por este escolhido em confiança. A certa altura da greve a Ministra da Educação cobrou dos reitores sua segunda condição.

Três opções se colocavam então ao poder institucional das universidades: incorporar-se à greve; articular-se como grupo numa defesa institucional das universidades; identificar-se com o governo.

CRUB APÓIA

Decidiu ele pela segunda opção. O Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras (CRUB) funcionou inicialmente como órgão das universidades autárquicas, encampou as



reinvindicações salariais dos professores e , ao mesmo tempo, traduziu as reinvindicações de verbas para a educação em verbas para a universidade, em moldes análogos ao colocado pelos professores em suas reivindicações salariais.

Mas a Ministra da Educação, que se recusava a um entendimento direto com os grevistas, aceitando entretanto a intermediação dos reitores, reagiu negativamente à proposta do CRUB: -"Vocês estão parecendo a ANDES!" , chegou a exclamar, rompendo asperamente as conversações.

Os reitores ainda tentaram uma solução. Abandonando sua própria proposta de verbas para as autárquicas, concentraram seus esforços em resolver os problemas salariais dos professores no projeto da Ministra sobre a equiparação dos vencimentos dos professores das autárquicas aos das fundações. Mas sem qualquer êxito, uma vez que os grevistas consideravam esse projeto um engodo, que não resolvia seu problema, mas atingia duramente seus colegas das fundações.

Estava criado o impasse. E o governo, que de início pretendia ignorar a greve. já não mais podia fazê-lo, uma vez que a amplitude do movimento ganhou a opinião pública,transformando a questão das universidades autárquicas numa questão nacional. Resolveu então entrar em cena da única maneira que sabia fazer em seus 20 anos de autoritarismo, isto é, batendo: suspendeu o pagamento dos professores e funcionários administrativos (também em greve pelos mesmos motivos), suspendeu toda remessa de dinheiro para as autárquicas e ainda ameaçou com novas punições: intervenção nas universidades e, veladamente, até com demissões em massa.

Os reitores se intimidaram e transmitiam seu pânico. A Assembléia do CRUB, reunindo não só os reitores das autárquicas, mas os de todas as universidades brasileiras, declinou para a terceira das opções antes mencionadas: por unanimidade deu um voto de confiança à Ministra da Educação, isto é, ao governo e sua desastrada política educacional.

FIM DA GREVE

Já não havia mais, mesmo indireta , qualquer tipo de negociação com o governo. O

Comando Nacional da greve ainda tentou alguma negociação através da mediação do líder do governo na Câmara dos Deputados. Os resultados foram pouco convincentes.

Apresentando sinais de cansaço por uma greve de mais de oitenta dias e considerando esgotados os meios de que dispunham com a paralisação, a maioria das assembléias gerais das universidades indicou a volta às atividades e o prosseguimento da luta por outros meios. Iniciada nacionalmente a 15 de maio, a greve era encerrada nacionalmente a 8 de agosto.

Com a greve, o movimento dos professores não obteve o atendimento de suas reivindicações, embora tenha conseguido, por sua amplitude, colocar o problema das universidades federais autárquicas na ordem do dia da sociedade brasileira.

Mas o que interessa aqui é sua unidade. Afinal, trinta e cinco mil professores espalhados por todo o país, em vinte e tantas universidades, com características regionais diferentes, e extremamente ciosos de sua independência, foram capazes de iniciar uma greve no mesmo dia, mantê-la por 85 dias e encerrá-la unidos num mesmo dia. Essa significativa unidade tem por causa básica a disposição democrática dos professores e seu zelo no exercício dessa democracia, em todas as situações e instâncias.

De modo nenhum têm os professores a pretensão de dirigir a sociedade brasileira. Mas consideram que essa experiência de democracia é algo que merece ser pesado pelos mais diversos setores de nossa sociedade.

VERDADE DO MOVIMENTO

Enquanto membros da instituição universitária, os professores entram numa engrenagem, estão isolados ou compartimentados, adotam moldes ou papéis formais, exteriores, frequentemente autoritários, e como indivíduos não raro concorrem entre si, parte integrante que são de uma sociedade competitiva. Enquanto participantes do movimento, os objetivos os unificam, são deixados de lado preconceitos de toda sorte, individuais ou grupais, são co-participantes, o movimento é que faz sua verdade. Não uma verdade exterior, formal, abstrata, resultado de elaboração solitária, sua ou de outrem, mas uma verdade concreta, construída conjuntamente com aqueles que perseguem o mesmo objetivo.

Reunidos em assembléia, decidiram por quase unanimidade a deflagração da greve - essa era a verdade do movimento. Sobrevindas as ameaças e punições, decidiram sobrepor-se a elas e conjuntamente resistir - àquela altura, essa era a verdade do movimento. Afinal quando sentiram que seus recursos se esgotavam com a paralisação, encerraram a greve por decisão coletiva - essa a verdade final da greve. E dava gosto ver uma assembléia, às vezes com mais de mil professores, experimentando sua força coletiva, raciocinando conjuntamente, cabeça com cabela, olho com olho, coração com coração.

Não estou seguro quanto ao alcance da afirmação de que depois desta greve a universidade não será a mesma. As instituições, universitárias ou não, são resistentes, e sob esse aspecto sempre devem estar sob suspeita. Mas de uma coisa estou seguro: por mais que momento universitário, com seu exercício democrático, possa contaminar a instituição, esta não poderá dispensá-lo, porque ele é que a defende e a seus membros. Não me parece exagerado dizer que o movimento é, na acepção latina, a anima (alma) da instituição aquilo que a anima.

Educação superior e desigualdade:

Reflexões sobre a política educacional

Maria Céres Pimenta Spinola Castro (*)

Os critérios de repasse de recursos privilegiam os "centros de excelência", em detrimento dos "fracos", entregues à sua própria sorte. Assim, mantém-se a concepção elitista do ensino superior, mascarada por uma proclamada democratização do acesso à Universidade.

"Não somos nem melhores nem piores. Somos iguais. Melhor é a nossa causa".
Thiago de Melo

Após 84 dias de greve nacional de docentes e servidores das universidades federais autárquicas parece ser pertinente e, mais do que isso, necessário, abordar algumas questões referentes à política da educação superior atualmente em curso no País.

A paralisação ocorrida colocou em relevo a atual situação da educação superior e, principalmente, deixou claros alguns pontos que devem ser sucintamente lembrados. Em primeiro lugar, o sistema de ensino superior, normalmente apresentado no discurso oficial como uniforme e homogêneo, revelou-se à sociedade tal como realmente é: um conjunto de universidades e escolas isoladas organizadas sob diferentes regimes jurídicos (autarquias, fundações de direito público, fundações de direito privado), concentradas nas regiões mais ricas do país, com estruturações internas extremamente diversificadas e apresentando situações díspares em termos da qualidade do ensino e da produção científica. Em segundo lugar, tornou-se muito claro que os recursos para o ensino superior, embora muito escassos em relação às suas reais necessidades, são desigualmente distribuídos entre as diferentes instituições de ensino superior - as IES -, o que se expressa notadamente no volume de recursos financeiros à disposição de cada isntituição de ensino, na existência de equipamentos necessários à atividade pedagógica e cintífica e nos índices salariais dos docentes e do pessoal técnico-administrativo. E, finalmente, o longo período de greve possibilitou a emergência de diferentes posições, reveladas através das manifestações de apoio/contestações à greve, quanto ao papel da educação superior, sua relação com o Estado e a função que ela deve desempenhar na sociedade.

Todos esses pontos são merecedores de discussão. Entretanto, é preciso destacar alguns que podem ser mais fecundos, na tentativa de encontrar explicações para a situação vivenciada hoje pela educação superior e, em particular, pela universidade pública.

(*) Professora da Fafich

A escassez de recursos e sua distribuição desigual entre as IES são algumas das questões que devem merecer a nossa atenção. É preciso notar que não se trata de recursos escassos, o que por si só já configura uma determinada opção de tratamento da educação superior, mas que tais recursos têm uma distribuição desigual, seja em relação ao conjunto das IES públicas, seja em relação às diferentes áreas de conhecimento existentes no interior dessas instituições. Obviamente, as explicações que surgem referem-se, no primeiro caso, à recessão econômica do País e, no segundo, às diferenças de competência política dos dirigentes das instituições de ensino, sempre em peregrinação pelos organismos oficiais em busca dos parcos recursos existentes. Sem esquecer que tais explicações são muitas vezes reais, é preciso destacar o seu caráter justificador e o seu alcance restrito, não permitindo captar aspectos mais profundos da atual crise da universidade.

Ora, é óbvio que os recursos são escassos e que há uma clara opção política na distribuição desses mesmos recursos pelos diferentes setores governamentais, privilegiando-se o setor econômico (energia, comunicações, entre outros) e as atividades ligadas à segurança nacional[1]. Esta constatação exige que se trate, mesmo de forma legeira, a concepção sobre educação prevalente na política governamental[2]. Vista como uma das muitas atividades do setor público e que não gera lucros, não traz divisas, não é um investimento mas um custo, seguer é um produto exportável, a educação acabou por ser relegada a um item do consumo governamental. E, enquanto item do consumo, dentro da política de contenção das despesas públicas, deve ser drasticamente reduzido.

Frente à escassez de recursos tem-se temido pela destruição da universidade pública. É preciso frisar que essa destruição não tem o significado de se extinguir a universidade, de riscá-la do mapa. Na verdade, esse temor revela a percepção de que há uma tentativa de se transformar a universidade, de modificá-la naquilo que ela tem de mais essencial: sua relação com a coletividade social. Não se pretende afirmar que a universidade brasileira, transfigurada pela Reforma de 1968 e descaracterizada pelo período mais recente de autoritarismo, responda às necessidades sociais, particularmente às daqueles grupos ou camadas mais pobres da sociedade, ou de que a sua produção expresse a vinculação necessária com o meio social. Reconhece-se a urgência de se trabalhar melhor a relação universidade / sociedade para que a educação pública de nível superior possa realmente engajar-se na problemática vivenciada hoje pela sociedade, definir melhor sua vocação de servir ao seu meio social e contribuir para a construção de uma sociedade mais justa. Contudo, se essas são as esperanças que constroem o movimento em defesa da universidade pública, a política educacional encaminha-se, apesar do discurso oficial tentar negá-lo, em direção exatamente oposta.

CRITÉRIOS DE REPASSE

O reduzido recurso destinado à educação superior (em que pese não ter sido jamais volumoso) deverá ser repassado às diferentes IES e para isso devem ser definidos os critérios e as formas de repasse. Tais formas de repasse de recursos - a questão das verbas para as universidades - e suas conseqüências são sobejamente conhecidas. Orçamentos anuais (sempre defasados em relação ao ano anterior); convênios, financiamentos de pesquisas, contratação de serviços, suplementações orçamen-

tárias e pagamento de pessoal são algumas das maneiras usuais de concessão de verbas. Entre as suas conseqüências, a crescente perda de autonomia das universidades, a subordinação ao MEC e o amesquinhamento da atividade universitária são apenas as primeiras de uma longa lista que poderíamos citar.

Porém, a conseqüência mais grave dessa política de alocação de recursos e, freqüentemente a menos percebida, é que através dos financiamentos que correm paralelos ao orçamentos de cada instituição oculta-se o privilégio de algumas IES, ou de algumas áreas de conhecimento em uma determinada universidade. Esse privilégio se expressa na existência de maiores recursos (equipamentos, material de consumo, pessoal e até mesmo salários) do que aqueles disponíveis ou alocados nas demais áreas de conhecimento de uma dada universidade. Dessa forma, a execução da política de financiamento do ensino superior implementa a desigualdade existente no sistema de ensino e oculta os critérios e os interesses que produzem essa desigualdade.

Entre os critérios adotados para a alocação de recursos destacam-se aqueles referentes à política dos "centros de excelência". Essa política, efetivada principalmente a partir de 1978, pelas ações dos órgãos ligados à pós-graduação e das agências de financiamento a pesquisas e de contratação de serviços, pretende a diferenciação das isntituições de ensino com base no critério de qualidade da sua produção científica e do seu ensino oferecido[3].

Em termos simples, essa política estimula os "fortes", apoia os "bons" (sempre segundo a ótica dos dirigentes do MEC) deixando os "fracos" entregues à sua própria sorte ou, no dizer de um ex-diretor da Capes, "mantendo-se apenas o seu metabolismo basal" o que significa serem mantidos pelos parcos recursos orçamentários. Os "centros de excelência", viabilizados em uma instituição como um todo ou em determinadas áreas do conhecimento no interior da universidade, vão constituir o ápice do sistema de ensino superior que, permanecendo único apenas formalmente, passa a sofrer, sutilmente, modificações que o estratificam internamente.

Por essa via mantém-se a concepção elitista acerca do ensino superior. ao mesmo tempo em que se proclama a democratização do acesso à universidade. A "excelência" tem como clientela potencial aqueles com melhor bagagem cultural, que se distinguindo dos demais por sua maior aptidão intelectual estão em condições de receber uma formação de alto nível. Aos demais candidatos à universidade resta a possibilidade de freqüentar cursos de segunda categoria no sistema particular de ensino (custeados por seu próprio bolso ou através de programas do tipo crédito educativo) ou na parcela restante da universidade pública que não atingiu os padrões de "excelência" .

Além dessa distinção interna, os produtos dos dois segmentos do sistema de educação superior têm também uma destinação diferente no mercado de trabalho. Esta diferenciação se manifesta, quer na ocupação dos cargos existentes na estrutura ocupacional, quer na função que os egressos de cada um dos segmentos vão cumprir na sociedade. Aqueles vocacionados para a "excelência" vão compor os quadros técnico-burocráticos de alto nível demandados pelo tipo de desenvolvimento econômico-social vigente no País. São os técnicos altamente especializados das indústrias de ponta da economia, os formuladores dos planos governamentais, as camadas dirigentes das burocracias estatal e civil, enfim a elite tecnocrática, os "mandarins" do poder. Os demais e-

gressos do ensino superior são os chamados " pós-de-lois", os "administradores de rotina", já previstos desde os relatórios do Acordo MEC-USAID, de triste memória para a educação nacional[5].

Com efeito, a conseqüência concreta da desigualdade interna da educação superior promovida pela política de financiamento é a privatização da universidade e que deve ser entendida a partir das considerações anteriores, e não apenas em relação aos aspectos da manutenção da universidade pelo Estado ou das tentativas de implantação do ensino pago nas instituições públicas. Considerar a questão da privatização apenas sob tais aspectos significa ocultar uma dimensão importante do problema e trabalhar com uma quimera: na realidade, assistiu-se nestes vinte últimos anos a um intenso processo de privatização da educação superior, cuja ponta do "iceberg" é o fato de que cerca de 75% da rede de escolas superiores estão hoje nas mãos de particulares[6]. A privatização, vista sob um ângulo que incorpore a questão da desigualdade interna do sistema de ensino superior, assume caráter mais sutil e mais grave. Ela significa a absorção, pela educação superior, da ótica privatista presente no Estado, seja na rede pública seja na particular. Esta é a forma atual que o Estado encontrou e que é adotada por sua política educacional para realizar a educação adequada aos interesses da facção de classe que hoje domina o Estado brasileiro. Ao mesmo tempo em que proclama a defesa dos interesses coletivos, a política educacional subordina -os aos interesses privatistas hegemônicos no Estado. E dessa forma tem-se uma política que, no seu discurso[7] proclama a democratização da educação superior, propõe-se a colaborar na redução da desigualdade social e a lutar pela construção de uma sociedade democrática. Em contrapartida sua ação realiza, sob novas formas, a elitização da universidade, o aprofundamento das desigualdades e a manutenção e aperfeiçoamento da sociedade onde os interesses de alguns prevalecem sobre as necessidades e interesses da coletividade social.

NOTAS BIBLIOGRÁFICAS

(1) DEMO, Pedro. A pobre educação pobre: alguns problemas da falta de recursos. In: Educação e Sociedade. São Paulo, Cortez Editora e Editores Associados, Mar/81. 75-95 p.

(2) RODRIGUES, Neidson. Autonomia X Universidade: uma questão política. In: Educação e Sociedade. São Paulo, Cortez Editora, Jan/80. 5-24 p.

(3) BRASIL. CAPESinforma - Ministério de Educação e Cultura, Secretaria de Ensino Superior, V 3, nº 1, Maio/81.

CASTRO, Cláudio de Moura - Idéias sobre a pós-graduação: a CAPES e os mecanismos de sinalização. mimeo, s/n/t.

ESBOÇO de uma política de educação superior. MEC/SESU - mimeo, 1979.

(4) GONZALES ARROYO, Miguel e SANTOS, Oder José dos (Coords.) Diagnóstico do Ensino Superior em Minas Gerais. Belo Horizonte, Secretaria de Educação de Minas Gerais, Curso de Mestrado em Educação da UFMG, 1978.

(5) SPÍNOLA CASTRO, Maria Ceres Pimenta. O planejamento da educação que (nos convém: um estudo da transfiguração do ensino superior no Brasil. Dissertação de mestrado, Belo Horizonte, FAE/UFMG, 1982.

(6) ALMEIDA, Milton José. O ensino público não

é público nem gratuito. In: Educação e Sociedade. São Paulo, Cortez Editora, Dez/83. 133-137 p.

NEVES, Lúcia Maria Wanderley. O Estado e a privatização do ensino-Mecanismos de sustentação da empresa privada de ensino. In: Educação e Sociedade. São Paulo, Editora Cortez, Ago/83. 66/88 p.

(7) BRASIL, Ministério de Educação e Cultura. III Plano Setorial de Educação Cultura e Desporto: 1980-1985. Brasília, MEC, DDD, 1980.

Um modelo doente e mal educado

Fernando da Mata Pimentel (*)

Os critérios de alocação de recursos públicos não são técnicos, mas políticos. Estes recursos, embora existam, não apareceram para atender as reivindicações dos professores porque a greve questionou fundo o modelo social do regime pós-64, que prega a privatização da educação no País.

O recente movimento dos professores e funcionários das universidades federais deixou posta uma interrogação: como pôde uma greve de quase 90 dias, paralisando literalmente todas as instituições de ensino superior autárquicas, chegar ao seu final sem que nenhuma reinvindicação tivesse sido atendida ? A pergunta torna-se mais cruciante quando se rememora o desenrolar dos movimentos do funcionalismo público que secundaram os professores e servidores universitários no período maio - julho/84.

De fato, os médicos residentes, por exemplo, saíram da sua greve no final de julho com praticamente todas as reinvindicações atendidas (piso salarial de 3 salários mínimos + gratificação de 35% e 10% de compensação previdenciária). Os funcionários do INAMPS suspenderam a greve com a formação de uma comissão de negociação, mas tendo antes obtido um abono salarial de 30%. Já os funcionários do Banco do Brasil, com a simples ameaça de paralisação, arrancaram do Conselho Nacional de Política Salarial a transformação do quinquênio em anuênio que estava pendente há um ano. Aliás, esse Conselho, instância decisória da política salarial das empresas estatais, esmerou-se em conceder aumentos acima do decreto-Lei 2065 (casos da Cia. Vale do Rio Doce, Furnas, Petrobrás, Eletrobrás, Telebrás, etc) no período em questão. Essa "prodigalidade", contudo, não chegou aos campi universitários federais.

Afinal o que diferencia o movimento dos docentes e servidores das universidades autárquicas e impediu que ele fosse atendido em suas reivindicações ? É desnecessário repetir que não há "falta de recursos". Ao contrário. Só no 1º trimestre desse ano o superavit da arrecadação fiscal do governo federal foi de 1 trilhão e 900 bilhões de cruzeiros. Esse di

(*) Professor da FACE



nheiro, como se sabe, é praticamente todo transferido para o orçamento monetário. Ou seja: o que o governo arrecada com impostos é gasto para remunerar o capital financeiro, possibilitando a rolagem da dívida interna.

Mas isso é outra história. O fato é que existem recursos, e o atendimento das reinvidicações daqueles outros setores do funcionalismo público e das empresas estatais mostra que a alocação desses recursos não é uma questão técnica. É, sim, uma questão eminentemente política, e é nessa linha que se deve buscar a explicação para a intransigência do governo frente aos professores e servidores das universidades autárquicas e a resposta da questão no início.

GREVE POLÍTICA

A verdade é que a greve das universidades federais, mais do que um movimento reinvindicatório setorial, assumiu desde logo um caráter político muito claro, na medida em que questionou fundo o que se poderia chamar de modelo social do regime pós 64. Um modelo que tem como característica básica a privatização da saúde e da educação no país, com a progressiva retirada dessas funções da área do Estado.

É supérfluo enumerar cifras, quando a realidade salta à vista de todos. Enquanto o INAMPS se debate em crises sucessivas e piora (se é que é possível) cada vez mais a qualidade do atendimento, "a medicina de grupo" (Golden Cross, Unimed, etc) vai de vento em popa. Enquanto as universidades federais lutam por sua sobrevivência, proliferam as faculdades particulares (credenciadas às centenas pelo MEC), com cursos de baixa qualidade e alto preço.

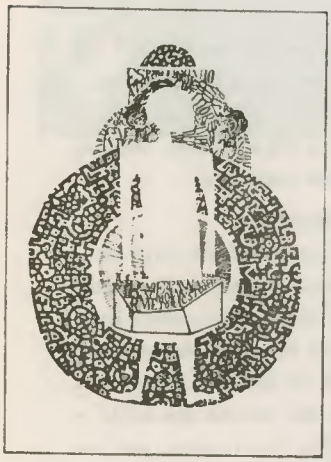
O resultado de 20 anos dessa estratégia na área social é conhecido: construiu-se um "modelo" doente e mal educado. E foi exatamente contra esse monstrengo que a greve veio se chocar. É fácil constatar que pedir mais verbas para o ensino público e gratuito ou querer que funcionem hospitais para indigentes (caso do H.C.) é subverter perigosamente o projeto social do regime militar. Daí porque, a nosso ver, o MEC tentou todo o tempo manter a questão no limite salarial com o projeto de equiparação entre autarquias e fundações, partindo ao fim e ao cabo para a repressão aberta, quando a greve se afirmava não como um movimento corporativo mas sim - e cada vez mais - como uma luta da sociedade civil em defesa do direito à saúde e à educação.

O desfecho é conhecido. Mas, qualquer que seja o resultado da "comissão de estudos" do CRUB, a greve - para além da aparência (e da sensação) de derrota - deixou claro que resgatar a educação e a saúde no Brasil implica, desde logo, na luta pelo fim do regime militar.

O sonho acabou?

Ivana Versiani (*)

Não cabe o sentimento de culpa que frequentemente ronda os professores, por sentirem que a Universidade nem sempre atende aos interesses imediatos do povo. Como uma orquestra, a Universidade tem que funcionar com um todo, onde cada um tem seu papel, sua personalidade e sua justificativa.



Em 1968 vi escrita na parede da Faculdade de Letras uma frase ao mesmo tempo correta e incorreta que, a meu ver, resume muitas das perplexidades dos professores da Universidade:

"O Brasil pegando fogo, e nós estudando o que é fonema!"

Agora há pouco, durante a greve, nas inúmeras cartas, comunicados e manifestos que escrevemos aos mais diversos setores da sociedade, explicando nosso movimento e pedindo apoio para ele, essa perplexidade transpareceu de modo mais sutil: ao tentar mostrar à população que a Universidade é importante e deve ser defendida, carregávamos nas tintas ao falar de suas partes mais visivelmente úteis: sobretudo o Hospital das Clínicas, que, além de ser hospital-escola, atende indigentes. Seu fechamento comoveu imediatamente a opinião pública, e foi o argumento mais usado para provar que uma Universidade sem verbas prejudica o povo. Depois desse argumento vinham outros: o "Projeto Metropolitano", que poucos sabem o que é, e a necessidade de desenvolver uma tecnologia nacional. Nos documentos mais elaborados, aludíamos à função crítica da Universidade, que analisa e contesta o modelo sócio-político em que vivemos, e pode fazê-la funcionar, ainda que indiretamente, como fator de progresso social.

Como se terão sentido, durante esse tempo, os professores de disciplinas cuja utilidade é difícil de mostrar ao povo? Os professores de grego, por exemplo, ou de filosofia medieval, de estética, de harmonia, de história antiga, de filologia românica ou de linguística (para

(*) Professora da FALE

voltar ao estudante que não achava pertinente, num momento de crise, saber o que é fonema)? Como justificar 40 horas por semana dedicadas a saber tudo o que é possível sobre as libélulas ou sobre a lírica de Camões, enquanto testemunhamos, por todos os cantos da cidade, a miséria, o desemprego, o desespero, a fome e a violência?

Mas naqueles dias a Universidade estava "indo às ruas". Por algum tempo deixamos os livros e os laboratórios para nos juntar ao povo, e numa tarde gloriosa fizemos uma grande passeata, entre flores amarelas ("Uma flor nasceu na rua!") e sob chuvas de papel picado, ao lado de companheiros mais desfavorecidos, como os funcionários da própria Universidade e os do Sinpas, pedindo justiça e gritando: " - Arroz, feijão" (com uma reserva mental: "para o povo"), "saúde e educação!" Por algum tempo acalmamos o sentimento de culpa, dedicando-nos a uma campanha que não visava apenas à salvação da Universidade, mas também ao debate dos grandes problemas nacionais.

SENTIMENTO DE CULPA

É inegável um generalizado sentimento de culpa entre nós. Alguns, no início da greve, sem pensar em repercussões políticas mais amplas, se recusaram a aderir ativamente a ela, alegando que, embora nossos salários sejam baixos, somos privilegiados diante da maioria do povo brasileiro. O que é indiscutível. Um dos motivos que explicam a grande capacidade mobilizadora dessa greve, sua beleza mesmo, e o fato de ter sido várias vezes comparada à campanha pelas eleições diretas ("Ela foi para a Universidade o que a campanha pelas diretas foi para o país") é ter crescido, durante o movimento, a ênfase na defesa da Universidade. Foi o que lhe deu o grande apoio da imprensa, das entidades de classe, da população em geral. Mas agora muitos de nós perguntam: será esta a Universidade que o povo quer, que serve ao povo, e que estuda os problemas que lhe são mais necessários? Quem sabe - outros indagam - com o Sábado na Praça e o Domingo no Parque não estaríamos tentando caminhar para um novo modelo de Universidade, mais próxima do povo, mais aberta a ele?

No entanto, sabemos que os stands de "química mágica", as aulas de ginástica e de pintura para crianças, as receitas de amaciante de roupa de confecção doméstica -



tudo, enfim, que encantou o público que compareceu ao Sábado e ao Domingo - estão longe de demonstrar o que é, de fato, uma Universidade. Sabemos também que, na Praça, entre as mesas de cerveja da confraternização geral, o conjunto musical "Sexo Explícito" foi mais audível que as afinadas vozes do Coral Ars Nova.

Claro que não é bem isso uma "universidade aberta". Mas será mesmo possível a universidade aberta?.

Agora que voltamos a nossos escritórios, e como viciados nos debruçamos outra vez sobre estudos que - desconfiamos - nada têm a ver com o interesse imediato do povo - o sentimento de culpa volta a nos rondar. Ele é muito comum entre nós. O próprio Mário de Andrade (e é difícil imaginar, em termos de cultura brasileira, uma vida mais útil sacudindo de alto a baixo o marasmo intelectual da época, ao fazer o balanço final de sua carreira, confessa:

> "Não tenho a mínima reserva em afirmar que toda a minha obra representa uma dedicação feliz a problemas do meu tempo e minha terra, Ajudei coisas, maquinei coisas, fiz coisas, muita coisa! E no entanto me sobra agora a sentença de que fiz muito pouco, porque todos os meus feitos derivaram duma ilusão vasta. E eu que sempre me pensei, me senti mesmo, sadiamente banhado de amor humano, chego no declínio da vida à convicção de que faltou humanidade em mim. Meu

aristocracismo me puniu. Minhas intenções me enganaram".[1]

Aristocracismo. Elitismo. Será possível uma Universidade que não seja, de alguma forma, elitista? 50% de analfabetos no país, uma das taxas de mortalidade infantil mais altas do mundo - e nós estudando a lírica de Camões!

ENSAIO DE ORQUESTRA

É duro, posto nesses termos. Mas o que é, afinal, uma Universidade? Se o povo paga impostos para mantê-la, deve ela por isso deixar de ser uma verdadeira Universidade, perfeccionista e exigente, completa e complexa, mesmo com os cursos e departamentos aparentemente "alienados" e "elitistas"?

O problema talvez esteja em que as pessoas não sejam alienadas, nem se isolem num trabalho individualista, sem contato com as demais partes da Universidade, que, como uma orquestra, tem de funcionar como um todo. "- O que somos é músicos!" - exclama o maestro ao final do filme Ensaio de Orquestra, de Fellini. Dentro do conjunto - o filme mostra muito bem - cada instrumento tem seu papel, sua personalidade - e sua justificativa. E todos devem tocar com o máximo de perfeição.

O que somos é professores de uma Universidade. Não cabem sentimentos de culpa, nem um utilitarismo imediatista. O que não quer dizer que não devamos estar atentos aos problemas do País. Mesmo que nem todos os cursos possam voltar-se constantemente para eles. Dentro do conjunto todos se justificam.

Muitos de nós sentiram que, paradoxalmente, nunca a Universidade foi tão Universidade como durante a greve, quando estávamos juntos, discutindo e colaborando, cada um com sua formação e capacidade, e aproveitando formações e capacidades diferentes, numa relação não competitiva, não autoritária, generosa e profundamente democrática.

Será possível manter, depois da greve, esse clima? Talvez seja isso uma "universidade aberta". Aberta para si mesma, aberta para o mundo.

[1] ANDRADE, Mário. "O Movimento Modernista". In: Aspectos da Literatura Brasileira. São Paulo, Martins, 1974. P. 252.

84 dias de 84

Luiz Pompeu de Campos (*)

A greve foi uma lição de democracia, onde todos os professores tiveram que se posicionar, propiciando um conhecimento melhor de todos. Trouxe um amadurecimento político pessoal e das associações de docentes e demonstrou a necessidade de escolha direta dos dirigentes da Universidade.

Oitenta e quatro dias vividos em 1984. Dias de luta na esperança de encontrar uma solução para os grandes problemas que enfrentamos no dia-a-dia. Luta que não está e nunca esteve isolada de toda a luta dos trabalhadores brasileiros, contra o arrocho salarial e contra o descaso do governo em relação às áreas de saúde e educação.

Nestes dias em que toda a Universidade se voltou para o movimento, em que grande parte da sociedade civil esteve atenta ao problema e nos apoiou, tivemos uma experiência sem igual. Uma luta, a mais longa por nós vivida, onde encontramos todo o tipo de solidariedade, onde reconhecemos nossos companheiros e também não deixamos de ver claramente aqueles que não estão conosco.

Analisar este período não é tarefa fácil e nem se fará num simples artigo. São muitas as variáveis neste processo e serão necessários muitos trabalhos, de várias pessoas para dar conta da questão. Isto mostra a riqueza do movimento. Por isso, pretendo aqui apenas dizer um pouco do que vivi e pude perceber neste período.

Na verdade sempre acreditei nessa greve. Há algum tempo venho participando dos congressos, das reuniões nacionais da ANDES, dos CONAD's e pude, nestas oportunidades, conhecer por dentro a organização de nosso movimento e testemunhar a seriedade com que nossos companheiros trabalham, o que me levou a confiar em nossa força e em nossa organização.

A força que este movimento tem demonstrado e particularmente a garra que tivemos durante a greve retratam o crescimento de uma consciência coletiva em defesa de nossas condições de trabalho e da Universidade. Evidenciam também que os docentes das universidades federais autárquicas não estão enclausurados nos muros dos campi, mas pelo contrário saem ao encontro da sociedade, denunciando mais este crime premeditado por nossos governantes contra uma Instituição que deveria ser a base do desenvolvimento científico e tecnológico, fundamental para a independência de qualquer povo.

Este foi um período que mexeu com todos nós da comunidade universitária, com a Universidade enquanto instituição e de certa forma com uma grande parcela da sociedade, por todo o Brasil. Podemos dizer que hoje a Universidade é uma questão nacional.

Todos os professores tiveram que se posicionar (até involuntariamente), mesmo a-

(*) Professor da FAE e presidente da APUBH

queles que foram para suas casas ou seus laboratórios. Ficar em cima do muro não foi possível. Hoje conhecemos muito melhor as pessoas que trabalham conosco. Alguns deixaram muito claro nesse período a grande distância entre seus discursos progressistas (pra não dizer revolucionários) e a prática; outros, apesar de nunca terem feito discursos, demonstraram uma grande disposição e firmeza de luta. Estas são as surpresas que encontramos!



FORTALECIMENTO

Ficar 84 dias em reuniões diárias, onde debatemos nossos problemas e traçamos estratégias, significou um amadurecimento político para todos nós, um aprofundamento nas relações humanas e, em última instância, o fortalecimento de nossa entidade. Hoje a APUBH se faz presente, é identificada com muito maior clareza no conjunto das entidades sindicais, sendo muito mais respeitada tanto a nível da universidade quanto a nível da sociedade como um todo. O fortalecimento da APUBH, como das outras AD's, que também passaram por um processo bem semelhante, implica no fortalecimento da ANDES, que se antes da greve já se fazia presente, hoje ela é, sem dúvida, uma das organizações profissionais mais fortes a nível nacional.

Vivemos intensamente momentos de raiva, alegria, tristeza, esperança...enfim, todo um espectro de sentimentos, que estiveram presentes e foram experimentados. Nas assembléias e reuniões de comando, apesar do clima muitas vezes se tornar "pesado" diante de certas posições antagônicas, foi constante o respeito entre as pessoas e garantido o espaço para que cada um expressasse suas idéias e fizesse suas propostas. Este movimento foi uma lição de democracia - só não participou quem não quis.

Com o desenrolar da greve, o movimento adquiriu uma força tão grande que passou a afetar diretamente a toda a instituição. Surge então uma questão que considero das mais sérias hoje, que é a relação do movimento docente (sindical) com a Instituição, que pela primeira vez aflora em nossas assembléias e nos papos informais.

O comando de greve, tanto dos professores quanto dos funcionários, passou a ser o referencial de todos, inclusive da própria administração, para a discussão dos mais variados problemas e deliberação de ações. A consequência imediata desse fato foi o "desvio" no centro de decisões da Instituição, implicando imediatamente na reação de certos setores da universidade que, incomodados com a situação, tentaram minar e enfraquecer o movimento.

CENTRAL DE BOATOS

A central de boatos se instala: "a intervenção vem aí", "o Reitor vai ser demitido". Listas são espalhadas, principalmente entre os funcionários (e sabemos por quem) e

muitos outros boatos surgiram nesse período . Este fato não foi isolado na UFMG, mas aconteceu em grande parte das universidades em greve. Foi logo após o corte de salários e verbas, coincidentemente após a investida do MEC, através de seus coronéis, sobre os Reitores . Sem dúvida, foi de Campo Grande que se concretizou o afastameto da maioria dos reitores em relação à defesa da Universidade. Poucos continuaram e continuam se posicionando abertamente como vinham fazendo no início do movimento, até mesmo participando conosco em manifestações públicas, no rádio, na TV, na imprensa e em outros eventos. O MEC foi mais forte e conseguiu reverter uma situação que para ele esteve desfavorável até o meio da greve, particularmente em relação ao CRUB , quando os reitores se posicionaram favoráveis às reivindicações, denunciando as péssimas condições financeiras da Universidade. Para mim, essa foi uma briga passageira e hoje MEC e Reitores buscam soluções paliativas, através de acordos, que interessam muito mais ao MEC do que às Universidades. Continuamos de pires na mão.

Hoje, mais do que nunca, é consenso no movimento docente a necessidade de escolha direta dos nossos dirigentes. O comprometimento com a comunidade universitária através do voto é um ponto de partida fundamental. Só com esse compromisso é que a administração terá legitimidade e respaldo para suas decisões e a comunidade poderá efetivamente questionar a política traçada , escolher as assessorias e ter a certeza de que teremos voz ativa nos rumos da Universidade.

Universidade, meios de comunicação, opinião pública

Bernardo Carvalho (*)

O autor do artigo, como membro da comissão de imprensa do comando de greve dos professores da UFMG, analisa a cobertura jornalística dada ao movimento, bem como a relação dos grevistas com a imprensa e da universidade com a opinião pública.

A gratificante atividade na comissão de Imprensa do Comando de Greve colocou-nos em uma situação peculiar, que nos permitiu observar diariamente o trabalho nosso (enquanto grevistas), o trabalho da imprensa e a imagem

(*) Professor da Fafich

da Universidade que era projetada para a opinião pública. Esta situação nos sugeriu algumas conclusões que julgamos importante compartilhar com vocês.

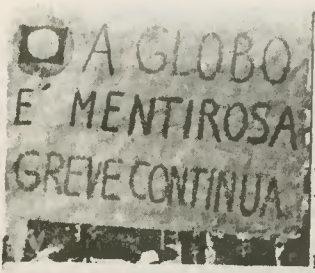
O primeiro ponto que gostaríamos de abordar refere-se à atuação dos meios de comunicação. Apresentamos aqui os mais sinceros parabéns aos jornalistas mineiros que cobriram essa greve. Eles perceberam a importância da luta em defesa da Universidade pública, e desenvolveram todos os esforços para bem informar a população sobre o que estava acontecendo.

Citaremos apenas um exemplo bastante significativo de seriedade profissional e empenho em discutir a fundo as questões postas sobre a mesa. Quando a Associação Comercial, após ter dado importantíssimo apoio à nossa luta, apresentou propostas no sentido da transformação da Universidade pública em empresa, a jornalista Mirtes Pereira, do Estado de Minas, antecipou-se à instituição universitária e ao movimento grevista, publicando depoimentos, provocados por ela, contrários às idéias daquela entidade. E, ao final da série de reportagens, essa ex-aluna da UFMG deu o seu depoimento pessoal sobre o assunto.

Houve, evidentemente, falhas na cobertura. Apontaremos uma, bastante séria, que foi o esquecimento ocasional de que havia três categorias profissionais em greve. Na capa de VEJA, por exemplo, vimos uma manchete que, falando sobre "A Greve dos Professores" deixa de lado os funcionários e médicos residentes. Mas esta falha não era privativa dos veículos de comunicação: ela foi cometida pelo Presidente da Assembléia Legislativa de Minas Gerais, e até mesmo um planfeto distribuido pelo nosso Comando de Greve deixou de falar nos médicos residentes.

O elogio que apresentamos aqui aos jornalistas não pode ser estendido indiscriminadamente aos proprietários de meios de comunicação. Estes impingiram aos seus veículos orientações as mais diversas. Em um extremo do espectro tivemos a posição do Estado de Minas, que aliou uma excelente cobertura (não só da greve, mas de todos os problemas que afligem a Universidade pública) a uma firme posição editorial em defesa da Universidade. Merece também destaque a atuação da Folha de S. Paulo.

No outro extremo temos o Jornal do Brasil, que apresentou



uma cobertura ruim e um posição editorial desinformada e alinhada com os setores mais retrógrados do Governo. Entre os dois posicionamentos estavam os outros veículos. A Rádio Itatiaia, por exemplo, apresentou ao mesmo tempo uma boa cobertura e ataques editoriais, inicialmente dirigidos à Universidade e mais tarde às lideranças do movimento grevista.

No campo da televisão, a Rede Bandeirantes combinou informação com boas opiniões, expressas particularmente pelo jornalista Joelmir Betting, além de ter aberto espaços, a nível local para debates mais profundos que o noticiário corriqueiro. A Rede Manchete exibiu excelente cobertura imformativa. A Rede Globo saiu-se melhor em nível local do que nacional. Neste o assunto foi tratado com discrição e, mais para o final da greve, havia nítida preferência pelos pontos de vista oficiais.

POLÍTICA DE COMUNICAÇÃO

A discrepância entre a posição dos jornalistas e a de vários proprietários leva-nos à conclusão de que é importantíssimo que todas as instituições da sociedade, particularmente os partidos políticos, se empenhem na luta pela obtenção de políticas mais democráticas de Comunicação no Brasil. É preciso mudar a política de concessão de canais de rádio e televisão. Atualmente eles são distribuídos pelo Presidente da República, de acordo com critérios exclusivamente políticos. E então vemos que os parlamentares do PDS e elementos subservientes ao Poder são fartamente aquinhoados, e as outras correntes de opinião deixam de ter acesso a esses veículos de comunicação, importantíssimos em uma país com alto grau de analfabetismo e baixo índice de leitura. Já existe uma proposta no sentido de que o Congresso Nacional passe a ter a prerrogativa de concessão de canais de radiodifusão, e é importantíssimo apoiá-la.

É necessário também lutar para que os jornalistas passem a ter mais influência no processo de decisão editorial dentro dos veículos em que trabalham. A co-gestão, inscrita até no programa do PDS, certamente atenuaria as discrepâncias que vimos na cobertura da nossa greve.

O segundo ponto que gostaríamos de enfatizar refere-se à nossa relação com a imprensa. Não há dúvida de que, sem a imprensa, nosso movimento jamais teria atingido a força que alcançou, jamais teria conseguido sensibilizar a opinião pública da maneira como o fez. No entanto, por duas vezes surgiram no Comando de Greve propostas de que a imprensa não tivesse acesso a determinadas reuniões onde se travariam discussões delicadas.

Estas propostas representam tentativa de manipulação da informação semelhantes às praticadas pelo MEC e pelo Governo Federal. Já bastam os credenciamentos seletivos de jornalistas, as pressões econômicas sobre veículos de comunicação, os documentos e reuniões secretos, as assessorias de imprensa que filtram informações, e tantan outras formas utilizadas pelo Poder para controlar a informação.

Nós, professores universitários, devemos estar ao lado dos jornalistas na sua luta pelo direito de acesso à informação. Porque este direito não pertence somente aos jornalistas. Pertence, principalmente, a todos nós cidadãos que queremos ter, através da imprensa, acesso a uma informação limpa, desobstruída, não manipulada.

Portanto, esperamos que nunca mais parta de nós uma proposta de cerceamento da atividade da imprensa.

IMAGEM DA UNIVERSIDADE

A terceira observação refere-se à imagem que a Universidade apresenta, tanto ao público externo quanto ao interno, para usar uma terminologia muito cara aos que, felizmente, já se vão.

No começo da greve, a Rádio Itatiaia levou ao ar um editorial dizendo que a Universidade só comparece ao noticiário em momentos de crise, quando há greves por causa do bandejão, greve por melhorias salariais etc. Segundo a emissora, a produção da Universidade não aparece.

Em que pesem a desinformação e um certo preconceito presentes naquele editorial, nesse ponto ele estava certo. A UFMG se commica mal, seja no plano externo, seja no interno. Excetuando-se talvez alguns cursos de extensão e lançamentos de livros ou revistas, que são noticia -



dos, o grosso de sua produção passa despercebido. Durante a greve ouvimos comentários de colegas nossos, professores, que diziam: "Eu não sabia que o Hospital das Clínicas era tão importante", ou "Eu não sabia que existia tal atividade..."

Foi a partir do fechamento do Hospital das Clínicas que a cobertura da imprensa mudou de rumo, deixando de falar somente da greve para discutir a importância da Universidade pública. Fazendo agora um balanço, cremos que um dos maiores saldos da greve foi justamente ter colocado a Universidade na pauta das grandes preocupações nacionais.

Agora que estamos retomando as nossa atividades, julgamos importante levar ao Reitor José Henrique estas observações, para que a Reitoria agilize as providências que visam à criação de um eficiente sistema de Comunicação na UFMG. Sabemos que alguns passos já foram dados, mas até agora não surtiram efeito.

A última observação diz respeito à relação entre a Universidade e a sociedade. Durante a greve, três atividades foram utilizadas como carro chefe da argumentação que buscava mostrar a importância da Universidade para a sociedade. Elas são o Hospital das Clínicas, o Internato Rural e o Projeto Metropolitano. Tanto os movimentos grevistas quanto a administração da UFMG enfatizaram inúmeras vezes a relevância social dessas atividades (algumas outras, como o Festival de Inverno, também foram utilizadas, mas com menor recorrência e impacto). Em nosssa opinião, as três atividades são as principais responsáveis pelo apoio popular que a nossa greve recebeu. Outros argumentos, como a necessidade de geração de uma tecnologia nacional, ou de uma boa formação para os alunos, foram apresentados, mas acreditamos que eram um pouco abstratos, um pouco distantes da realidade cotidiana da população.

A partir daí ocorrem-nos duas perguntas, e pensamos que todos nós devemos refletir sobre elas:

1) O Hospital das Clínicas, o Internato Rural e o Projeto Metropolitano representam o total das atividades da UFMG?
2) Será que nós, dentro das 19 unidades da UFMG e seus 82 departamentos, estamos efetivamente com -

prometidos com os interesses e demandas da maio - ria da população brasileira ?

Estas são perguntas sem conclusão no momento.

Para terminar, permitimo-nos enviar um recado aos veículos de comunicação e fazer uma afirmação. O recado é o de que a greve terminou mas a luta continua, e os meios de comunicação têm importantíssimo papel a desempenhar na defesa da Universidade pública no Brasil.

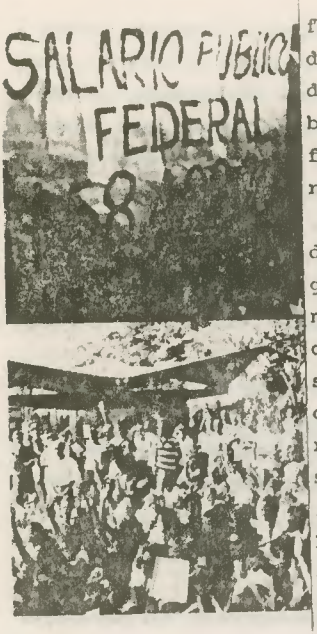
A afirmação é a seguinte: ao término desta gre ve, sentimos orgulho de ser professor da UFMG.

Servidores se descobrem como categoria permanente

O Comando de greve dos servidores leu este documento na abertura do CONAD, enumerando contradições na relação com os docentes durante a greve e reivindicando o reconhecimento dos servidores e professores como "partes únicas e independentes de um mesmo enredo e de um único espaço".

"Neste momento de abertura do CONAD, em plena greve de todos os servidores das Universidades Federais, co locam-se, para além dos discursos, temas urgentes. Temas que habitam facilmente discursos demagógicos ou até mesmo os sinceros reclamos, de sinceros liberais, ou ainda as complexas análises teóricas, de complexos acadêmicos.

Universidade, democracia interna, representa - ção sindical, relações internas, carreiras são questões que hoje a greve ressuscita, trazendo novas expectativas, rompendo no cotidiano da greve, nos entraves e dificuldades da pretendida união de propósitos e de tarefas entre pro -



fessores e funcionários, seja ao nível de comando, seja onde a greve se realiza o explode de contradições nas unidades. E, na prática, muitos estão dando mostras de não saber lidar com estas duas formas de fazer greve, estão confusos ou em posições extremadas diante da produção de duas realidades e dois produtores: professores e funcionários.

A Universidade hoje, reflexo da complexa realidade social que a produz, incorpora as contradições e congruências. De um organismo simples, técnica e organizacionalmente primário, passou a ser uma organização complexa, com inúmeras áreas profissionais e serviços de apoio, assessoria e pesquisa. O passado dos catedráticos e bedéis continua no comportamento e na cabeça de muitos professores e até funcionários. Para a sociedade em geral, a divisão interna do trabalho ainda é aquela antiga e, quando fala em Universidade, refere-se a professores e estudantes. Entretanto, os funcionários se reconhecem na luta e se descobrem como categoria permanente. Neste momento todo o processo de mudança, mesmo de reconhecimento desta organização ou de debate sobre ela, não pode desconhecer a realidade da existência política dos funcionários.

QUESTÃO DO PODER

Quando se discute ou se propõe democracia interna, obrigatoriamente se está discutindo a questão do poder, da participação ou da distribuição de poder. Não podemos fugir da realidade: na Universidade todos os espaços do poder estão reservados ou subordinados à condição de docente (não é preciso o exercício da docência mas simplesmente uma configuração burocrática da condição de docente). Na verdade, quando fugimos desta discussão ou fingimos desconhecer esta questão, reforçamos o reflexo da sociedade de classes - uma sociedade de estamentos. Reforçamos a distribuição de mandarinatos, dos Departamentos às Reitorias.

Sabemos que, nesta hora, alguns doutores das teorias excelentes vão torcer o nariz à audácia dos não iniciados, dos não ungidos pela bênção das teses ou doutorados, pelas bancas da corporação.

Cavalheiros de uma maçonaria modernizada ou

leões de um Lions profissionalizado, havemos de reconhecer que o poder se disputa no cotidiano do trabalho, como se luta no dia-a-dia da sociedade. Não queremos apoio decorrente da consciência culpada: queremos o apoio decorrente da identidade verdadeira de quem luta na mesma direção, mesmo que com outras armas. Cabe a todos nós ajudar a resolver a questão de não sermos categoria reconhecida - pela falta de poder político ou pela impossibilidade de conseguirmos legal e institucionalmente o poder - e de sermos, ao mesmo tempo, alimento e meio de realização do aparelho da organização univeristária.

O primeiro passo foi dado: a greve ultrapassou as expectativas de todos, inclusive a nossa que testemunhamos, diante das outras questões levantadas, a firmeza, a coesão e a força dos companheiros que sustentam, nas unidades, o ser e o fazer do movimento. E temos o que dizer sobre diretas, sobre democracia na Universidade,sobre como fazer e viver a Universidade.

A Universidade, contraditória, faz seu túmulo ao reconhecer os CNPqs e as Fineps e pela ânsia de buscar as migalhas dos PADCT's, prêmios aos iniciados que obedecem à regra do jogo, se enganam com os elogios fáceis e procuram afirmar-se no comércio de influências. A Universidade contradiz seu discurso nos usos descabidos de suas Fundações e das prestações de serviços, mercantilizando parte de sua função social. Enfim, acena com o discurso da Universidade pública e nega a si própria ao administrar a crise que o poder central lhe propõe e impõe. E, parte da comunidade, os funcionários nos tornamos cúmplices silenciosos de uma armadilha que armamos, premiados pelas propinas dos complementos, das gratificações e convênios,e vítimas de sermos nós mesmos massa amorfa que o poder amolda.

Esta greve mudou o enredo da nossa história futura próxima. Não mais esqueceremos nossas faces. Agora assumindo-nos como categoria, reivindicamos uma parte do poder para transformarmos a Universidade em comunidade. Nossa posição é aparentemente contraditória, mas é a única via para sermos uma só comunidade e nos assumirmos primeiro, como partes únicas e independentes de um mesmo enredo e de um único espaço".

Servidores querem participar do poder

Irany Campos (*)

Os servidores adquiriram um grau de consciência e uma identidade política que os tornam hoje um personagem vivo e atuante na comunidade universitária. Por isso querem participar nas decisões e discutir o poder no âmbito da Universidade, aprendendo e ensinando com a greve.

77 dias de greve. Uma greve sem precedentes na história da luta dos Servidores Públicos do Brasil. Foi um dos mais expressivos movimentos na nossa vida judicial, tanto pela sua duração e amplitude, como também pelo caráter político que ele assumiu.

Foram dias difíceis. Tivemos grandes dificuldades e ficou clara uma série de fragilidades, tanto das entidades como também dos comandos, sejam locais, seja o nacional. Mas é inegável o saldo altamente positivo que tivemos nesse período. As entidades deram um salto muito grande, no aspecto de organização e mobilização da classe. O Servidor adquiriu um grau de consciência e uma identidade política que o torna hoje um personagem vivo e atuante na vida da comunidade universitária. Ele deu passos largos no processo de discussão e participação. Vimos nesses longos dias companheiros que jamais haviam usado um microfone dar verdadeira aula de política, com simplicidade, objetividade e clareza nas suas posições. Foram dias memoráveis na nossa história. E é por isso que sempre afirmo com muita convicção que agora temos dois períodos bem distintos em nossa Universidade: o período anterior a 22 de maio, quando deflagramos a nossa greve, e o após à suspensão dela.



(*) Presidente da Assufemg

Foi um movimento diferente dos muitos que têm ocorrido nos últimos anos. Não foi uma greve com visão corporativista e apenas com interesses econômicos. Foi abrangente, pois colocava claramente a sua postura em defesa da Universidade pública, gratuita, criativa e voltada para os interesses maiores da população. Por isso obteve o apoio de todos os segmentos da sociedade. Foi talvez o primeiro movimento após o golpe de 64 que obteve o apoio parlamentar em todos os níveis. Foram várias Câmaras municipais, Assembléias Legislativas, grande número de parlamentares do Congresso Nacional e vários Governadores que se posicionaram em favor do nosso movimento, demonstrando a sua importância e justeza.

Avançamos nesse período na busca de um trabalho conjunto com os companheiros docentes. Se não conseguimos avançar além da nossa intenção, podemos constatar progressos significativos no relacionamento mútuo entre as categorias. Ficou muito clara e demonstrada a necessidade de fazermos uma reflexão profunda sobre a questão do poder e suas relações no âmbito das Universidades. Quem detém o poder ? A quem ele serve ? São questionamentos feitos durante esse rico período de greve. Muitas foram as discussões em torno do tema. Houve um posicionamento claro de que nós, os Técnicos e Administrativos, devemos discuti-lo e participar efetivamente dele. Já não podemos ser apenas tarefeiros e cumpridores de ordens, devemos também participar das decisões.

UNIDADE FALTA

Outro aspecto que deve ser analisado com maior profundidade é o relacionamento com outros setores do funcionalismo público. Apesar da nossa posição de um trabalho amplo junto com as outras categorias do serviço público, não foi possível alcançar esse objetivo nessa campanha de 84. Sempre defendemos a unidade, mas na prática ela não tem se efetuado. Por quê? O nosso relacionamento com os outros setores da classe trabalhadora é também ponto de reflexo e discussão. Ainda há muitos que não nos consideram trabalhadores, até mesmo alguns dirigentes sindicais. Portanto, devemos desenvolver um trabalho intenso junto aos trabalhadores, não só no sentido de obter apoio, mas pela necessi

dade de maior entrosamento, pois as lutas são comuns.

A greve colocou vários questionamentos sobre ela mesma, como instrumento de luta dos trabalhadores universitários. É preciso desenvolver uma ampla discussão sobre outras formas de luta. Muitas críticas foram feitas sobre o caráter da greve e sua condução. Óbvio, que foram cometidos erros na condução e avaliação dos momentos mais críticos. Houve momentos em que os comandos queriam se sobrepor às entidades que estavam exercendo o seu papel na greve, que vai desde a infra-estrutura até a condução política. Houve também momentos de vacilação quanto à mudança da pauta. Mas o importante é que esses problemas foram democraticamente discutidos com as bases e superados na prática.

A pouca experiência em movimento de greve causou problemas nso comandos locais. Havia problemas tanto de organização como de condução política. Houve dificuldades nos encaminhamentos, nas discussões políticas do papel dos comandos, sejam locais ou nacional. Muitos delegados do comando nacional tiveram dificuldades em atender a mudança de pauta como uma tática, para forçar o MEC a abrir as negociações. Ficou patente que é preciso ter um processo de discussão sobre tática e estratégias de um movimento. pois há muitos que confundem isso na prática.



FUNDO DE GREVE

Outro aspecto dos mais importantes de se discutir, com muita profundidade, é o problema financeiro, Sem falar no erro maior que foi o fundo de greve. Tivemos problemas grandes com a falta de recursos até para locomoção e sustentação do Comando Nacional de Greve. Apesar de alguns membros da FASUBRA virem há anos defendendo a organização financeira, não nos preocupamos como devíamos com o problema, e a greve veio mostrar a urgência nessa organiza

ção. Sabíamos que a greve seria de longa duração, mas muitos alimentavam ilusões de uma rápida solução e diretores da FASUBRA tiveram de dispor de recursos próprios para manterem-se, em prol do movimento. Houve até a impossibilidade de diretores em atuar diretamente junto as bases pela falta de recursos. São falhas que devem ser analisadas com muito carinho e profundidade.

A não existência de um fundo de greve forte foi um fator de grande vacilação no momento mais difícil de resistência do movimento. Foi aí que a direita encontrou o fermento para tentar desestabilizar a greve. Para a grande maioria era impossível o MEC tomar medidas tão drásticas. Essa foi uma grande lição para o movimento, que de agora em diante será encarado com muita seriedade por todos.

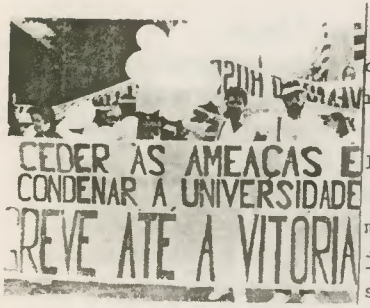
Outro ponto polêmico é a questão se houve ou não ganhos com a greve. Sem sombra de dúvidas podemos afirmar que houve ganhos significativos, tanto no aspecto econômico e muito maior no aspecto político. Aprendemos e ensinamos muito. Praticamos em profundidade a democracia. Podemos afirmar com muita convicção que cumprimos o nosso papel. Mostramos o que é a Universidade para todos os segmentos da sociedade. Portanto, não temos dúvida de que os ganhos foram reais. Abrimos uma nova perspectiva para a Universidade.

Outro aspecto importante que não pode ser desprezado: Conseguimos mostrar que apesar da proibição constitucional da greve ela pode e deve ser exercida como um instrumento legítimo de luta. Antes de ser legal, ela deve ser legítima e democraticamente decidida e conduzida pela categoria, como foi a nossa.

Foi um movimento que não tratava apenas de interesses das categorias em greve, mas visava a objetivos mais amplos e de interesse de toda a sociedade. Lutamos em defesa de um patrimônio de todos. Se alguém não acreditava, hoje não há mais dúvidas de que nós, de fato, lutamos em defesa da Universidade. Não a Universidade fechada e desvinculada da realidade, autoritária, elitista e a serviço de poucos. Mas, sim, uma Universidade livre, criativa e democrática a serviço dos interesses maiores de toda a sociedade.

Médicos residentes: unidade e vitória

A greve dos médicos residentes obteve importantes vitórias, tanto a níveis econômico e político como organizativo. Agora, a luta deve se voltar para a defesa do Hospital das Clínicas e pelo fortalecimento das associações hospitalares e outras entidades da categoria.



Após mais de 60 dias em greve nacional, os Médicos Residentes conquistaram importantes vitórias, que vieram coroar a sua unidade e combatividade.

Destas vitórias, devemos destacar:

1ª: Econômica - apesar de não termos conquistado a nossa reivindicação inicial (piso de 6 salários mínimos), a proposta aceita representa um grande avanço, já que fomos vinculados ao salário mínimo (garantindo a semestralidade e 100% do INPC), à lei do médico (lei 3999/61) e, ainda, tivemos aumento real do nosso salário. Com isto, derrotamos a política de arrocho salarial imposta pelo regime militar, abrindo importante brecha para outras categorias.

2ª: Política - fizemos o governo recuar por duas vezes, quebrando a sua intransigência, obrigando-o a negociar. No conturbado momento em que vivemos, isto refletiu a nossa força e garantiu importantes vitórias. Também é bom lembrar o posicionamento da CNRM que, pela primeira vez, se colocou favorável às nossas reivindicações.

3ª: Organizativa - mostrando uma coesão muito grande, o movimento grevista fortaleceu as nossas entidades, formaram-se novas associações hospitalares e, hoje, temos a ANMR, a AMIMER e as hospitalares suficientemente fortes e representativas para garantir as vitórias conquistadas e avançarmos ainda mais.

Para tudo isto foi de extrema importância a nossa unidade e combatividade, ao levarmos nossas reivindicações às ruas, ampliando e conquistando o apoio de amplos

Texto preparado pela AMIMER

setores populares, denunciando o atual regime antipopular divulgando importantes bandeiras de luta, que são de todo o povo brasileiro, como "Diretas Já", a necessidade da "Greve Geral", enfim, fortalecendo a luta pelo "Fim do Regime Militar", deixando claro para toda população que, só com esta vitória, teremos condições de conquistar as nossas reivindicações globalmente.

No início de setembro foi realizado em Belo Horizonte o XIX Congresso Nacional de Médicos Residentes, que definiu três importantes eixos para darmos continuidade à nossa luta:

1. LUTA EM DEFESA DO HOSPITAL DAS CLÍNICAS

O corte de verbas para a saúde e educação em nosso país já se tornou crônico. O descaso e desrespeito dos governantes para com este setor vêm se mostrando progressivamente maior. A crise vivida pelo HCL, que teve suas portas fechadas, e pelas universidades públicas é um espelho fidedigno desta situação. Por ser um hospital de ensino, o HCL não gera lucros e portanto não é "interessante" para o sistema. Cabe aos médicos residentes, juntamente com as outras categorias, participar ativamente da luta em defesa da Universidade Pública e, especificamente, dos hospitais universitários.

Estamos vivendo a reabertura do HCL e as perspectivas de sua manutenção não são boas. Ao optarmos pela volta ao trabalho, comprometemo-nos em manter a mobilização, trabalhando para que o hospital volte a ter, pelo menos, o mesmo ritmo anterior ao seu fechamento. Devemos denunciar e atuar em qualquer situação que ameace seu fechamento ou a diminuição do número de leitos. É importante estarmos atentos a estes fatos, já que eles repercutem diretamente na qualidade da residência médica e colocam em risco seu credenciamento.

2. Implementar a discussão no conjunto da categoria acerca dos direitos trabalhistas, já que não temos carteira assinada, 13º salário, adicional de insalubridade, etc, com o objetivo de elaborar, no mais curto espaço de tempo um novo projeto de lei que garanta estes direitos, a ser encaminhado ao congresso nacional.

3. Desencadear uma "Campanha Nacional em Defesa da Resi -

dência Médica" e "Contra a Redução do Número de Vagas", a ser lançada no dia 18 de outubro, em Brasília e com manifestações em todo o país. O objetivo é impedir uma investida contra a residência médica, como forma de implementar uma maior exploração do trabalho médico (através de médicos estagiários, voluntários, etc) e ampliar os já grandes lucros da iniciativa privada.

Para tudo isto é fundamental fortalecer as nossas associações hospitalares e estaduais e organizá-las onde ainda não existem, pois são os médicos residentes, organizados em cada hospital, que garantirão as nossas vitórias.

Cabe lembrar que neste congresso foi eleita a nova diretoria da Associação Nacional de Médicos Residentes cujo núcleo executivo é de Minas Gerais e o presidente é Renato Bahia (ex-presidente da AMIMER). O restante da diretoria é a seguinte: vice-presidente: Luiz (HCL); secretário: Paulo (Fhemig); II Secretário: Paulo (HCL); Tesoureiro: Sibele (HCL); II Tesoureiro: Celso (Fhemig) e Edemar (Baleia) como diretor de imprensa.

De que fala esta ausência?

Margarida Vieira (*)

A ausência dos estudantes na greve das universidades pode ser explicada, entre outras razões, por se tratar da geração mais atingida pelos 20 anos de governo militar. Mas há indícios seguros de que esta ausência não será permanente.

"Quero falar de uma coisa
adivinha onde ela anda?
deve estar dentro do peito
ou caminha pelo ar
pode estar aqui do lado
bem mais perto que pensamos
a folha da juventude
é o nome certo desse amor"
(Wagner Tiso-Milton Nascimento
Coração de Estudante)

(*) Professora da Fafich

Para os professores, participantes juntamente com os servidores de uma longa,dura e bela greve nacional em defesa da Universidade pública e gratuita, uma dúvida persiste:por que os estudantes, parcela em geral mais combativa da universidade, participaram de forma tão reduzida ?

Antes de jogar pedras sobre quem quer que seja, o mais lúcido seria tentar entender as mudanças que se dão a nível da nova geração universitária. Neste sentido, nos limites de um pequeno artigo, tentaremos levantar pontos para o debate e reflexão que esperamos se dê nos diversos segmentos da universidade.

Uma questão básica a ser refletida é a de que os 20 sofridos anos por que passamos deixaram marcas sérias em toda a sociedade brasileira, mas, em especial, sobre a geração que em 64 era muito criança ou sequer havia nascido. Em termos culturais houve, de um lado, uma sistemática e eficaz destruição da memória histórica, da memória das lutas. Isto criou para a nova geração uma grande dificuldade para se situar num quadro histórico, para se situar no processo político.Por outro lado, sistematicamente, o regime se encarregou de despolitizar a sociedade, seja pela definição das decisões como "técnicas" e não políticas, seja pela degradação da vida política marcada pela corrupção, astúcia e casuismo, seja pela repressão sistemática. Fazer política tornou-se algo "careta".

Um segundo aspecto, ainda dentro de um quadro mais amplo, é o processo de intensa individualização acentuadamente rápido que acompanhou o desenvolvimento recente do capitalismo no país. No "salve-se quem puder", cada um na sua". Na onda da desrepressão "curtir o corpo numa nice"..."Se há uma crise lá fora, não fui eu que fiz". São inegáveis os ganhos que se tem ao recuperar o espaço do prazer , mas o individualismo exacerbado talvez esteja criando um novo espaço de repressão: "da repressão do orgasmo para a obrigação do orgasmo". Tanto este processo tem importância para analisar a atuação estudantil durante a greve, que os dois momentos em que os estudantes se mobilizaram foram quando se sentiram individualmente atingidos: ameaça de perda do semestre (no início do movimento) e fechamento dos restaurantes.

Um terceiro ponto que nos parece importante para o entendimento da questão são as modificações que se deram a nível da própria universidade. A Reforma universitária implantada pós 69, sob o período mais violento de repressão, com o movimento estudantil esfacelado, e sob o decreto-lei 477, teve pelo menos os seguintes efeitos:

a) matrículas por disciplinas não permitiram a continuidade das turmas, fator importante de aglutinação do ME e para o desenvolvimento de uma crítica mais sistemática aos cursos.
b) A pesada centralização administrativa na Reitoria tornou intensamente burocrática a universidade. Os colegiados pouco discutem políticas para a universidade. Decidem mais sobre o aqui e agora. Com uma pequena representação nestes órgãos, os estudantes tenderam a se afastar das decisões da universidade.

Um último ponto a ser abordado e que nos parece intimamente ligado aos anteriores é o próprio movimento estudantil. A nossa observação, como professora da UFMG, neste sentido, nos indica dois grandes momentos do movimento estudantil pós-reconstrução da Une (1977):

a) O momento das tendências políticas, marcado por uma preocupação maior com as questões políticas mais gerais,afastando-se todas elas

do cotidiano e do novo, vivido pelos estudantes.

b) A inversão da "onda", alegre, irreverente, mais sensível ao novo e por isso mesmo com um sucesso inicial. Ao quebrar, porém, com "a mesmice das tendências" quebrou também com as entidades e com a possibilidade de organização de lideranças democráticas, capazes de organizar os interesses cotidianos e mais amplos dos estudantes. Os trabalhadores brasileiros têm demonstrado seguidamente que para fazer avançar seus movimentos precisam afastar os "pelegos", mas fortalecer suas entidades. Na última greve, as ADs (associações de docentes), as Associações de Servidores, a ANDES e a FASUBRA foram instrumentos da maior importância para o movimento em defesa da universidade pública e gratuita, entendida como defesa dos salários e de verbas para a universidade. Os estudantes, que, vencendo os três obstáculos anteriormente citados, buscaram envolver-se no movimento, não encontravam sua entidade para organizar-se. Se é possível entender a ausência dos estudantes pelos fatos estruturais apontados e pela ausência de uma liderança democrática e de uma entidade voltada para a organização da luta, não é possível esquecer a importância da presença estudantil.

A participação organizada dos estudantes é vital em vários níveis. Não se desenvolvem e avançam os cursos se os estudantes não apresentam com clareza e precisão suas críticas. Mesmo que se obtenham verbas suficientes para o funcionamento da universidade é necessário o controle democrático das mesmas, é necessário discutir o emprego delas, é necessário construir novas relações no ensino e entre este e a pesquisa e extensão.

E para termos uma boa universidade, não basta apenas o empenho de docentes, servidores e estudantes. É preciso ter condições materiais para que se transforme em realidade o nosso sonho de uma universidade democrática em sua estrutura de decisões e voltada para os interesses da maioria da população.

Para obter verbas suficientes para o pleno funcionamento da universidade não basta a mobilização dos docentes e servidores. Os estudantes formam a maioria dos membros da chamada Comunidade Univeristária.

Finalmente, a participação organizada dos estudantes é fundamental também na luta pela democratização do País. Se tivermos pela frente a continuidade e facistização do regime via Maluf teremos que nos organizar para a resistência. Se tivermos pela frente a opção de Tancredo Neves teremos que nos organizar para garantir uma maior democratização. E, neste ângulo da política nacional, precisamos mostrar a toda a população a importância da Univerisidade Pública e gratuita para que tenhamos uma sociedade democrática e uma nação soberana.

Apenas a Universidade pública pode se voltar para a discussão e equacionamento dos problemas da maioria da população porque não se volta para o lucro individual e imediato. Apenas a universidade pública e gratuita pode garantir a todos acesso a ela. Apenas a universidade pública pode voltar para o desenvolvimento científico e tecnológico que nos garanta a soberania, pois é nela que se desenvolvem mais de 90% da pesquisa científica no país.

Por todas estas razões a presença estudantil na luta em defesa da Universidade Pública, gratuita e democrática é fundamental.

A ausência estudantil será permanente ? Achamos que há indícios seguros de que não. Muitos estudantes demonstram uma enorme curiosidade e dedicação ao estudo de nossa realidade. A campanha das diretas politizou to-

da a sociedade. A greve levantou com muito vigor a questão da Universidade pública. E finalmente acreditamos que os estudantes serão capazes de resolver seus problemas organizativos e estar brevemente juntos a docentes e servidores, defendendo o ensino público e gratuito e num congresso universitário discutindo a democratização de nossa universidade.

"Já podaram seus momentos
desviaram seu destino
seu sorriso de menino
quantas vezes se escondeu
mas renova-se a esperança
nova aurora a cada dia
e há que cuidar do broto
prá que a vida nos dê flor e fruto"

(Wagner Tiso- Milton Nascimento
- Coração de Estudante)

Parar foi um ato de responsabilidade

Orlando Bianchini (*)

Neste texto, escrito ainda durante a greve, o professor Bianchini demonstra que defender a Universidade não é um movimento contra o governo, mas pela nação, já que a Universidade é um patrimônio do povo brasileiro, construída para cumprir sua relevante função social.

As Universidade Brasileiras Autárquicas estão paradas, há mais de dois meses, por falta de condições mínimas de funcionamento.O maior patrimônio científico e cultural da nação foi levado à paralisação pela insensibilidade dos poderes públicos que vêm, de longa data, fechando olhos e ouvidos, se não contribuindo, sistematicamente, para a progressiva deterioração da vida intelectual e da educação no país.

Parar foi, antes de tudo, um ato de responsabilidade. Seria omissão criminosa assistir placidamente à destruição desse inestimável legado de saber e cultura que gerações passadas construíram com o sacrifício de toda a sociedade. Parar - depois de muito clamor - foi a alternativa que restou para fazer ouvir a indignação e o repúdio daqueles a quem essa mesma sociedade confiou a tarefa de educar e instruir seus filhos.

A reinvindicações mínimas (abaixo mesmo do que por lei seria de direito) o Ministério da Educação e Cultura respondeu ini-

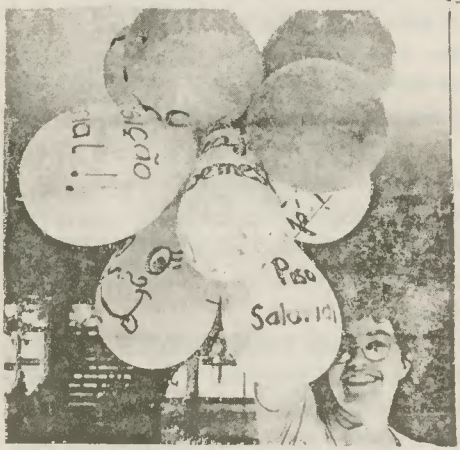
Professor da Fale

cialmente com o descaso e o silêncio. Ante a firmeza do movimento e o crescente apoio dos mais variados segmentos da sociedade, tentou o MEC, numa atitude pouco séria, incompatível com o grau de inteligência e esclarecimento de profissionais do magistério superior, ludibriar os docentes com propostas tão vagas quanto falaciosas ("equilíbrio" salarial com as universidades fundacionais, "periodicidade semestral" de reajustes salariais, "garantia"de



lítica educacional do país.

Mas, em detrimento da razão e da lucidez, optaram os poderes públicos pelo arbítrio e pela violência contumazes: declarou-se a ilegalidade da greve, suspendeu-se o pagamento dos docente e fizeram desabar sobre a Universidade ameaças de todo tipo de punições: suspensão, demissão de professores, diretores e reitores, intervenção e decretação de recesso forçado das universidades autárquicas.Além do mais, foram fechados todos os canais de diálogo entre governo e magistério, restando aos mestres apenas duas alternativas suicidas: capitular sem honra e sem condições, para assistir por dentro ao inevitável desmoronamento da Universidade, ou resistir até os limites do impossível e sofrer os rigores de uma "suficiência" de verbas de custeio), procurando ainda passar à opinião pública uma imagem planejadamente distorcida: um ministério aberto e transigente a envidar esforços para pôr fim ao movimento radical e fechado da classe universitária. Desfeita a farsa, denunciado o logro, cresceu o apoio social, e os professores continuaram à espera de um toque mágico que trouxesse à razão os "donos" da po



lei sancionada pela força, para não ser conivente com mais esse crime de lesa-pátria.

CARÁTER SAGRADO

Por que crime de lesa-pátria ? Não é mera força de expressão. A Universidade não pertence ao governo, ao MEC ou aos professores. A Universidade é patrimônio do povo brasileiro. Com o dinheiro do povo (sempre espoliado ao longo de toda uma história) construíram-se prédios, montaram-se laboratórios, oficinas, ateliês e bibliotecas, equiparam- se salas de aulas, prepararam-se professores, pagaram-se ministros e secretários para que, através da educação, pudessem, todos juntos , promover o desenvolvimento do país, o cresci-

mento físico, intelectual e espiritual da sociedade.

Por isso a Universidade (bem como as instituições sociais) se reveste de um caráter sagrado. Presidente, ministros, reitores, professores, tão somente por delegação, administram o bem público. O poder não é inerente às pessoas; ele emana da vontade coletiva. Usado contra a sociedade que o constituiu, perde sua legitimidade, torna-se espúrio. E a lei, quando se estatui contra a Justiça e o Direito para servir a um poder ilegítimo, foge a seu caráter ético e moral, deixa de proteger os direitos da sociedade e passa a garantir apenas o gratuito exercício desse poder.

Assim, o que se pede não é a compreensão ou a condescedência do governo, mas a sua mais profunda solidariedade a um movimento cujos objetivos visam a levar a Universidade a cumprir a relevante função social que lhe foi destinada.

Ou não teriam importância para o país o ensino, a pesquisa, o desenvolvimento científico e tecnológico que nos possibilitassem romper as amarras de dependência e humilhante sujeição à tecnologia e aos capitais estrangeiros, mendigados e importados quase sempre em condições vis, que ferem a dignidade e a soberania da nação? Como se explica que Japão e Alemanha Ocidental, reduzidos a cinzas e escombros pela 2ª Grande Guerra, estejam hoje, poucos anos depois, entre as quatro maiores potências do mundo, credores prósperos daqueles que os venceram? Certamente não foi com o aviltamento da ciência e da educação que tais milagres - reais, estes sim - se processaram.

SOFISMAS

Para justificar o descaso e o abandono a que foi relegada a Educação no Brasil, vários sofismas foram engendrados por uma mentalidade de vista curta, sem vislumbres maiores que o pragmatismo e o imediatismo do dia seguinte.

Tentam alguns identificar a Universidade, especialmente, como uma instituição improdutiva, ociosa, despesa a fundo perdido. Nada, contudo, se faz neste país que não tenha, direta ou indiretamente, a marca do trabalho universitário, seja através da pesquisa e produção de tecnologia, seja na qualificação multiplicadora de recursos humanos. E essa participação só não é infinitamente maior e mais decisiva por faltar ao país uma política que situe a educação como o mais rentável investimento para o progresso econômico e social.

. Apesar daqueles que, de maneira simplista, pretendem caracterizar as universidades como centros de subversão, é papel de qualquer instituição educacional desenvolver o pensamento crítico, a contestação, a capacidade de assimilar o entrechoque de idéias de uma sociedade viva, pretensamente livre e democrática, no sentido de formar uma geração consciente, que lute sempre pelos ideais de liberdade a que aspiram todos os povos. Uma juventude cuja marca seja a subserviência pusilânime e cega tanto serve aos totalitarismos de direita como aos de esquerda. E a nenhum resiste.

Finalmente há os que investem contra a universidade pública e gratuita, propugnando pela exclusividade do ensino pago no 3º grau. Ignoram, certamente, (ou interessadamente fingem ignorar) a fundamental importância de um trabalho intelectual e científico que não seja ditado por interesses comerciais ou ideológicos, para preservar o pensamento e a ciência independentes e o interesse nacional acima de quaisquer conjunturas. Além do mais, nenhuma universidade é gratuita, já o demons-

tramos. A sociedade a mantém, com trabalho e impostos, e exige dela a defesa de sua própria autonomia. A quebra da autonomia do trabalho científico transformá-la-ia em mero instrumento de domínio e de destruição: basta rever as páginas da História.

Defender a Universidade, seu patrimônio, lutar pela preservação de sua autonomia, por condições reais de trabalho não é um movimento contra o governo, mas pela nação. Não podemos crer que consciente e premeditadamente se esteja cumprindo um plano para transformar em sucata o que se conseguiu construir e manter à custa do trabalho mal reconhecido e mal remunerado de tantas gerações.

Por isso avulta a perplexidade quando o MEC invoca o amparo da lei para questionar o aspecto legal do movimento dos docentes e ameaçá-los com tão descabido rol de punições.

Se a emenda constitucional João Calmon fosse cumprida sem artifícios e mistificação, os recursos alocados à educação atingiriam, somente este ano, a casa dos 4 trilhões de cruzeiros, e as universidade não estariam agora a mendigar modestos 90 bilhões que lhes permitem fechar o exercício.

O princípio constitucional da isonomia assegura aos professores autárquicos a equiparação salarial com os professores das Fundações Universitárias, mas é ignorado pelo governo.

Letra já morta, o decreto-lei 2065 , cuja ineficácia e perversidade são reconhecidas pelo próprio governo, que o descumpre para remunerar melhor servidores das empresas estatais, não chegou a ser aplicado ao funcionalismo público em geral, fazendo supor uma norma vigente na constituição brasileira de que "quem faz a lei não é obrigado a cumpri-la".

Por três vezes o governo trai o espírito e a letra da Lei e nela se escuda para punir quem se bate em sua defesa. "Afinal, que país é este ?".

MIOPIA TECNOCRÁTICA

O Ministério da Educação e Cultura , por sua vez, sob intervenção branca, prefere abdicar de suas prerrogativas para transformar se em simples secretaria executora de diretrizes ditadas por uma miopia tecnocrática que não consegue enxergar além da próxima rodada de negociações com a cupidez dos banqueiros internacionais e dos nossos tutores do FMI.

Enquanto, no plano externo, o Brasil se junta a países do terceiro mundo para repudiar veementemente a política de espoliação econômica dos credores internacionais, no plano interno o mesmo modelo é aplicado, e, ao magistério e ao funcionalismo público, com requintes da já citada perversidade.

Assim, a insensibilidade ácida do modelo político-econômico-social vai provocando a corrosão irrecuperável não só do patrimônio cultural da nação, mas de suas riquezas naturais e de seu parque industrial, que se oferece em leilão à sanha das multinacionais. Quanto nos custará mais tarde reparar tudo, ou começar de nada a construção de um novo Brasil? E o que esperar de um povo tantas vezes humilhado, de cabeça baixa, reduzido à miséria e à ignorância ? Certamente não é esta a história que todos, governo e povo, queremos escrever para legar a nossos filhos.

Este é o sentido maior do movimento dos docentes da Universidade Brasileira: resistir até o limite do possível e do humano e preservar a esperança para as futuras gerações. Com a firmeza e a coragem que a pátria exige de cada um.

A greve pode gerar uma nova universidade (aberta)

Francisca dos Santos Gonçalves (*)

A proposta de maior abertura e integração da Universidade com a população, fortalecida durante a greve, tem que ser levada a frente para sermos coerentes. Não podemos procurar a comunidade somente quando precisamos dela.

A crise da Universidade chegou ao seu limite com a total falta de recursos para a sua manutenção e a continuidade do ensino, pesquisa e extensão, conforme preconiza a própria lei 5.540. Nesse quadro, professores e funcionários, insatisfeitos com o aviltamento de nossos salários e com a degradação das condições de trabalho, decidimos suspender as nossas atividades e reunir forças na luta para salvar a Universidade.

Esse momento tem sido de extrema importância! Além da justeza de nossas reinvidicações salariais, levantamos a bandeira da defesa da universidade, conquistando assim o apoio de vários segmentos da sociedade. O peso do apoio recebido da população para o fortalecimento de nossa luta levou a universidade à rua com o sábado na praça e o domingo no parque. Essa experiência facilitou a aproximação de professores de várias unidades e o conhecimento de trabalhos realizados em diversos cursos, delineando-se uma perspectiva de maior integração para se ampliar e enriquecer essa idéia de abrir a Universidade para a população.

Para sermos coerentes temos que levar à frente essa proposta. Não faz sentido ir à comunidade somente no momento em que precisamos dela. Não podemos retornar às nossas atividades sem um novo posicionamento com relação à extensão universitária. Não podemos ficar indiferentes ao que já estava sendo realizado e à idéia de se ampliar as atividades e programas de extensão.

A proposta de "Universidade Aberta" ou de "Universidade para o Povo" foi aprovada em assembléia, como uma estratégia para garantir a nossa mobilização durante o mês de julho. Aí está uma perspectiva para a retomada de nossos trabalhos. Em decorrência de nossas necessidades, buscamos o apoio da população e geramos o embrião de uma nova universidade, tivemos consciência de que temos de abri-la para o povo. É um desafio a ser enfrentado. Como trabalhar essa idéia agora, para que ela não se perca quando estamos preocupados em retomar e dar continuidade aos trabalhos com nossos alunos ?

Como transformar a Universidade que,

(*) Professora da FAE



tradicionalmente serve à elite e aos interesses dominantes, em Universidade aberta, em Universidade para o povo ?

A essa questão se amarra uma contradição decorrente da relação entre a educação e sociedade. Tal como a sociedade capitalista determina, realizamos um trabalho centrado no individualismo que prepara para a competição e se volta para os mais capazes, reforçando-lhes os privilégios. E agora, dentro dessa mesma estrutura, estamos defendendo uma universidade aberta que significa ultrapassar os seus muros, investir no trabalho coletivo, lutar pela socialização do saber, levando-o à população, buscando ligar o objeto do conhecimento com a realidade, tendo em vista a sua transformação.

UTILIZAÇÃO DO ESPAÇO

Essa contradição existe, não há como negá-la. Sabemos que no contexto atual as principais instituições deste país estão comprometidas com a manutenção da ordem social vigente. Se a universidade garante condições para o estudo, a pesquisa, o debate, a criação, a divergência e a produção do saber, é a devida utilização desse espaço que pode permitir o enfrentamento dessa contradição. Nesse sentido é fundamental o redimensionamento da universidade, é necessário acionar todo o seu potencial tendo em vista contribuir para a transformação da realidade e a construção de uma nova ordem social.

O compromisso da universidade federal com a sociedade pode ser analisado de dois ângulos. Em primeiro lugar se coloca a questão das verbas. Os recursos públicos são gerados com o sacrifício da população e devem ser revertidos em benefícios. Nesse sentido a Universidade não pode ficar fechada em uma "torre de marfim" a serviço dos interesses de uma minoria. Em segundo lugar se levanta a questão do saber. É preciso identificar e discutir o saber que está sendo elaborado, a pesquisa, a ciência que está sendo produzida, a quem este conhecimento se destina.

Não se pode esquecer que o estudo, a pesquisa e a produção do conhecimento científico têm como principal desafio a busca de soluções para problemas concretos em todos os níveis. Essa é uma tarefa a ser enfrentada levando-se em conta a realidade. É urgente reunir esforços e descobrir formas alternativas que contribuam para a solução dos problemas enfrentados pela população, a cada dia mais alienada do produto e dos benefícios de seu trabalho.

A proposta de universidade aberta significa um avanço em busca de uma nova concepção para o trabalho acadêmico, tendo como objetivo principal produzir um saber vinculado à realidade, comprometido com a luta pela transformação social.

Na medida em que ampliarmos o espaço, na universidade, para o debate sobre essa questão, estaremos criando as condições para efetivar a proposta de universidade para o povo.

Algumas considerações sobre o comando nacional de greve

Nilcéia Moraleida Gomes (*)

Como enquadrar um movimento democrático, que debate, decide e se fortalece através de assembléias e manifestações, num canal estreito e centralizado, para tentar negociar com um governo autoritário e habituado ao conchavo e a manobras diversionistas?

Como em todas as greves anteriores, o papel do CNG foi o de conduzir a greve nacional, levando em conta a grande diferenciação existente no movimento de professores nas diversas universidades e a necessidade de manter-se durante toda a greve em Brasília para contatos com o governo, os parlamentares e o CRUB, na tentativa de abrir negociações. Para garantir a forma mais democrática de composição, o Comado Nacional tem sido formado pelos diretores da ANDES vinculados às universidades autárquicas e pelos delegados de base, escolhidos em assembléia geral ou no interior dos comandos locais de greve.

A greve de 84 apresentou neste aspecto uma particularidade que foi a mudança de diretoria da ANDES durante o seu desenrolar, com a posse dos novos diretores no CONAD, realizado em Belo Horizonte, no período de 21 a 24 de Junho de 84.

Este comando nacional recebia diariamente informes vindos de cada AD sobre o andamento da mobilização local e emitia no dia seguinte informes nacionais e orientação política, através de telex ou telefone, para cada comando de greve. A dinâmica interna do CNG era determinada por dois tipos de tarefas diárias, ambas bastante pesadas: a condução dos contatos do movimento em Brasília e a condução política da greve nacional.

Uma experiência nova do CNG, vivida nesta greve, foi sua proximidade dos comandos nacionais de funcionários e médicos residentes, que funcionavam no mesmo prédio, em salas contíguas, facilitando o domínio das informações e o contato político entre os movimentos.

Ao longo dos anos, a forma democrática de organização do Comando Nacional e sua localização em Brasília têm colocado alguns dilemas para o movimento, que também se evidenciaram nesta greve e que são de difícil solução. A mudança periódica dos delegados, que assegura um contato mais estreito com a mobilização desenvolvida nas bases, tem revelado alguns aspectos problemáticos: a troca de delegados em momentos cruciais da greve pode ocasionar uma certa descontinuidade na participação das AD's e o envio de pessoas inexperientes no movimento nacional para o Comando pode dificultar sua própria participação. No

(*) Professora da Fafich e diretora da APUBH

entanto, se somente os mais experientes estivessem permanentemente no CNG, o movimento não se renovaria e o Comando se esgotaria por total exaustão de seus componentes. Nos últimos tempos a crise econômica vivida pelo país já tem provocado isto, reduzindo-se a participação de delegados em encontros nacionais e durante a greve, determinando a permanência de alguns delegados de base no CNG por um prazo muito superior ao suportável, pela total impossibilidade de algumas AD's assumirem o custo das passagens áereas e da estadia de seus representantes em Brasília. Neste caso, além do cansaço imposto ao delegado, deve-se ressaltar a perda de contato com o processo real em curso nas universidades, que ele passa a viver a partir de certa altura.



Isolamento

A localização do CNG em Brasília tende a agravar ainda mais estas dificuldades: não havendo universidade federal autárquica na cidade, o CNG fica distanciado das assembléias e da mobilização ampla, salvo quando são programadas manifestações na capital federal. Em certos períodos, o Comando fica super exposto às oscilações que se verificam no núcleo do governo, como ocorreu no período final da greve, refletindo-se este fato até mesmo nos comandos locais; em situação de recesso parlamentar este isolamento tende a tornar-se ainda muito maior. Além destes aspectos políticos adversos, as condições de acomodação dos delegados na cidade são precárias. Na greve de 84, a mudança do local de funcionamento do Comando, do Sindicato dos Professores do Distrito Federal para a Comissão do Servidor Público da Câmara durante o dia, e para a sede da OAB à noite também agravou o desgaste existente. Além de não garantirem melhores condições de infraestrutura, a Câmara em recesso e a sede da OAB, localizada numa região semi-deserta de Brasília, não contribuíram para romper o isolamento do Comando. Ao final do mês de julho, a própria manutenção da disciplina das reuniões do CNG era difícil, tendo em vista o cansaço físico e o desgaste psicológico de seus membros.

A partir do momento em que foi desencadeada a repressão sobre os professores em greve, as dificuldades políticas aumentaram enormemente para o Comando Nacional: As grandes diferenças existentes entre as universidades e no interior do movimento nacional de professores criaram um quadro muito diferenciado que exigia medidas práticas eficazes e análise política cuidadosa.

Neste contexto tornava-se necessária uma grande habilidade para pressionar o governo a negociar e, simultaneamente, manter a ca

pacidade de mobilização do movimento. O CNG passou a funcionar sob o desgaste da greve em várias AD's, sob a exigência de eficiência política e diante da enexperiência de negociação efetiva com o governo. Algumas questões vitais para o desdobramento da greve deixaram de ser consideradas neste momento, precipitando o quadro de suspensão da greve às portas do mês de agosto, que durante muito tempo funcionara como referencial para a manutenção e ampliação da mobilização.

Nas últimas semanas de greve discutiu-se muito a necessidade de garantir ao comando maior autonomia para entrar em negociações com o governo, caso elas viessem a se realizar. No entanto, a experiência demonstrou que o problema central naquele momento, sobretudo por se tratar de um processo desconhecido pelo movimento, era garantir também um estreitamento das relações entre o CNG e as assembléias e comandos locais, como forma de revitalizar a direção nacional, aprofundando as análises e realizando discussões simultâneas em todo o País com uma pauta comum. Em nome da agilidade do CNG não poderíamos imobilizar as bases e tornava-se vital ampliar e aprofundar as consultas ao movimento, mantendo as formas de pressão.

Assim, o grande dilema no momento das conversações com o governo era como enquadrar um movimento democrático, que debate, decide e se fortalece em foruns os mais amplos, como as assembléias e manifestações, num canal estreito e centralizado, para tentar abrir o diálogo com um governo autoritário, habituado ao conchavo e às manobras diversionistas de todo tipo e que jogava com várias alternativas simultaneamente.

A fragilidade do fundo de greve

José Maurício Machado da Silva (*)

O fundo de greve é prioritário desde o início da greve e precisamos nos preparar para que, numa próxima paralisação possamos manter o movimento mesmo com o corte do pagamento.

Acabamos de constatar a fragilidade do nosso fundo de Greve. Bastou que o Governo cortasse nosso pagamento.

É claro que em todas as greves esta ameaça pairou sobre nossas cabeças e chegamos a não entender por que ela não se concretizava. Até que pintou.

O fato é que não podemos mais fazer greve sem assumirmos o corte do pagamento.

Por isto, o ideal é iniciar uma greve logo após um pagamento. O outro lance é gastar pouco.

Para reduzir suas despesas, cada professor pode;

a) não pagar água, luz e telefone por um mês;

b) não pagar BNH por dois meses no

(*) Professor do ICEX

mínimo;

c) tentar negociar aluguel, colégio, prestações, empréstimos e dívidas, bancárias ou não. Usar francamente os motivos da greve.

Os representantes de cada departamento no Comando de Greve ou na APUBH devem levantar rapidamente quanto cada docente:

a) ganha por mês;

b) precisa para o mês seguinte ao 1º não pagamento;

c) obtém por si mesmo.

Podemos recorrer a empréstimos bancários e doações públicas.

Parte do dinheiro das doações será usado para as despesas gerais da greve e o restante para subsidiar os juros dos empréstimos.

Finalmente, é bom nos lembrarmos que a questão do Fundo é prioritária desde o início e que, se os funcionários também estiverem em greve, os Fundos podem ser parcialmente ou totalmente em comum.

Intransigência versus transigência

O líder do PMDB no senado, Humberto Lucena, pronunciou este discurso logo após o término da greve, denunciando a intransigência do governo e se propondo a colaborar a nível político com a comissão do CRUB na busca de uma solução para a crise da Universidade brasileira.

Sr. Presidente, Srs. Senadores:

Como é do conhecimento geral, foi interrompida, no dia 7 último, a greve nacional que 35 mil professores e 65 mil funcionários das instituições de ensino superior autárquicas promoviam há mais de 80 dias.

Somente interrompida - e não terminada - porque o Governo não atendeu a nenhuma das reivindicações que a própria Senhora Ministra da Educação reconheceu publicamente como JUSTAS! Interrompida por um gesto inequívoco de transigência de professores e funcionários, contrastando com a inexplicável intransigência não só do Ministério da Educação e Cultura mas dos demais setores do Governo envolvidos na eventual solução do problema.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, o Governo não negociou diretamente com os grevistas; não atendeu a nenhu-

ma das suas reivindicações - encampadas que foram pelo próprio Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras; declarou ilegal a greve; puniu os grevistas com o corte de salários e ameaçou até mesmo demití-los. Tudo isso enquanto a imprensa divulgava estar nas mãos do Senhor Presidente da República o texto que decretaria a intervenção federal em todas as instituições de ensino superior autárquicas do país.

Os professores e funcionários, ao contrário, concordaram em interromper sua greve justa depois da promessa do MEC, somente divulgada no dia 31 de julho, de que credenciaria o Conselho de Reitores para formar uma Comissão que no prazo de 30 dias apreciará as reivindicações de professores e funcionários e apresentará suas conclusões à Ministra; e de que as punições, já em andamento, seriam suspensas. Essas duas promessas, todavia, sob a condição sine qua non da volta imediata ao trabalho. Vale ressaltar ainda que nem sequer à participação de professores e funcionários, com direito a voto na Comissão do Conselho de Reitores foi admitida pelo MEC.

Como se vê, não pode haver dúvida sobre a inexplicável intransigência do Governo e da madura e louvável transigência de professores e funcionários das universidades.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, acredito que pelo menos duas constatações podem ser feitas a partir desta greve inédita em nossas universidades. A primeira delas é de que esse Governo ainda hoje não aprendeu a exercitar um pressuposto elementar das relações de trabalho numa sociedade democrática, isto é, ouvir e dialogar com os representantes legítimos dos empregados do Estado, no caso professores e funcionários de universidades públicas. A segunda, é sem dúvida, um dos maiores méritos dessa greve inédita: apesar da inevitável ebulição política decorrente da sucessão presidencial, conseguir colocar a crise da universidade na pauta das discussões públicas do País.

O Sr. Benedito Ferreira - V.Exª permite um aparte?

O SR. HUMBERTO LUCENA - Com muita honra, nobre Senador.

O Sr. Benedito Ferreira - Eu fico, a certa altura do pronunciamento de V.Exª , um tanto quanto perplexo com

a minha desinformação, porque eu tinha para mim que há legislação em vigor que proíbe essa greve e que a Justiça é que a declarou ilegal, e não o Governo.

O SR. HUMBERTO LUCENA - Quem declarou ilegal foi o Ministério do Trabalho.

O Sr. Benedito Ferreira - Fundado em lei?

O SR. HUMBERTO LUCENA - Sob o ponto de vista do Ministério, fundado em lei.

O Sr. Benedito Ferreira - Sob o ponto de vista do Ministério ou existe lei que a proíbe?

O SR. HUMBERTO LUCENA - O Ministério achou que era ilegal. Não houve uma decisão da Justiça.

O Sr. Benedito Ferreira - E V.Exª acha que a lei não está em vigor?

O SR. HUMBERTO LUCENA - Esta lei está em desuso.

O Sr. Benedito Ferreira - Ah! em desuso.

O SR. HUMBERTO LUCENA - Está em desuso, que é uma das formas de revogação. Se V.Exª não sabe, que fique sabendo.

O Sr. Benedito Ferreira - Não, exatamente, eu estou querendo aprender com V.Exª. Acho que é uma regra nova, porque eu achei que uma lei não revogada estaria em vigor.

O SR. HUMBERTO LUCENA - Pois bem, é o mesmo caso do Decreto-lei nº 2.065. Está em vigor, mas ninguém o cumpre, nem o Governo. As empresas privadas estão reajustando os salários de seus empregados acima dos índices previstos no Decreto-lei 2.065, e também as empresas estatais. A lei está em vigor, mas em desuso. É o mesmo caso dessa lei que proíbe a greve no serviço público.

O Sr. Benedito Ferreira - Então, veja V.Exª o quanto é inútil nosso trabalho.

O SR. HUMBERTO LUCENA - Não, não é inútil. É a dinâmica da sociedade, nobre Senador. O que é preciso é rever essas leis porque elas estão defasadas.

O Sr. Benedito Ferreira - E V.Exª, naturalmente, já tem algum projeto apresentado pela Oposição revogando essa lei?

O SR. HUMBERTO LUCENA - Já existem vários projetos, só que não têm apoio de V.Exª e de seus companheiros de Partido.



O Sr. Benedito Ferreira - E não terá, Senador.

O SR. HUMBERTO LUCENA - Não me surpreende.

O Sr. Benedito Ferreira - Nem poderia surpreender...

O SR. HUMBERTO LUCENA - Conheço as posições de V.Exª ...

O Sr. Benedito Ferreira - Sobretudo no que diz respeito à obediência ao legislado.

O SR. HUMBERTO LUCENA - Sobretudo no que diz respeito a povo...

O Sr. Moacyr Duarte - Permite V.Exª um aparte?

O SR. HUMBERTO LUCENA - Pois não, ouço o aparte de V.Exª.

O Sr. Moacyr Duarte - Nobre líder HUMBERTO LUCENA, na condição de professor universitário e tendo exercido, eventualmente, por várias vezes, a Reitoria da minha Universidade, eu sou parte bastante interessada numa solução favorável desse problema óra ventilado por V.Exª. Posso assegurar ao nobre líder que, hoje mesmo, pela manhã, fui informado pelo Presidente do Conselho de Reitores das Universidades do Brasil que, no dia de ontem, foi constituída uma Comissão composta de reitores representantes das autarquias federais e de fundações universitárias para, a partir de hoje, iniciar-se o diálogo com os órgãos representativos da classe de professores e servidores das diversas universidades brasileiras, inclusive com a Srª Ministra da Educação e Cultura, objetivando-se encontrar uma solução consensual que atenda não apenas aos interesses justíssimos e legítimos dos professores universitários brasileiros, com os interesses e as condições financeiras que o País poderá oferecer para dirimir-se esse impasse. Posso afirmar a V.Exª , pois essa informação me foi prestada na manhã de hoje, pelo presidente do Conselho de Reitores, que essa comissão, ontem à tarde constituída, já iniciou, a partir das primeiras horas de hoje, já deu os primeiros passos, a fim de tentar o êxito esperado nessas negociações.

O SR. HUMBERTO LUCENA - Eu já sabia, nobre Senador Moacyr Duarte que essa comissão havia sido constituída pelo Conselho de Reitores. E, inclusive, na qualidade de Líder do PMDB nesta Casa, proponho-me a tomar a inicia

tiva, junto aos demais Líderes, não só no Senado como na Câmara, para que nós nos juntemos, a nível político para colaborar com essa comissão do Conselho de Reitores, a fim de que possamos conseguir um resultado satisfatório para essa crise da universidade brasileira. Nesse sentido, seria de muita importância a atuação dos Líderes, tendo em vista que já se encontra na Câmara dos deputados um projeto de lei de iniciativa do Governo que não atende ainda às reivindicações dos professores, mas ao qual nós poderemos sugerir, com o apoio dessa comissão, da própria Ministra e do Senhor Presidente da República, um substitutivo que agasalhe pelo menos as reivindicações mínimas do movimento universitário brasileiro, que desaguou nessa greve que paralisou, durante tanto tempo, as universidades autárquicas.

Tenho para mim que, basicamente, três postulações se atendidas, satisfariam os professores e funcionários das universidades autárquicas: o abono de emergência, em percentual a ser fixado de acordo com as disponibilidades financeiras do Governo; verbas para as universidades, para equipamento de manutenção dos seus hospitais, alguns dos quais fechados, como os de Belo Horizonte e de Salvador; equiparação dos salários dos professores das universidades autárquicas às universidades que são fundações, desde que não seja por baixo e que não prejudique os direitos adquiridos dos professores e funcionários das fundações.

Prossigo, Sr. Presidente:

Constatar que o atual Governo ainda deixa de exercer uma prática rotineira nas democracias, não é realmente novidade num país que vive há mais de 20 anos sob a sombra de um regime autoritário. Mas tornar público o debate sobre a universidade é um fato inédito.

Sou daqueles que tenho, repetidamente, chamado a atenção, nesta Casa, para os graves problemas que enfrenta a universidade brasileira. Nunca deixei de ressaltar a importância crucial da Educação e a responsabilidade do Estado em oferecê-la indistintamente a todos os brasileiros. E sou obrigado a reconhecer hoje que nossa universidade chegou ao ponto de sobrevivência mais baixo de sua história, parte que é de uma crise muito mais grave que

atinge de forma generalizada o nosso País.

Não é preciso que repita agora os números e fatos cruciais dessa crise sem paralelo. As revistas e os jornais de todo o País trataram largamente do assunto nas últimas semanas. Permito-me, todavia, ler significativo trecho de matéria publicada na Revista Senhor, de 19 de agosto, comentando afirmação da Senhora Ministra da Educação de que "o movimento (grevista) já causou tantos prejuízos ao País".

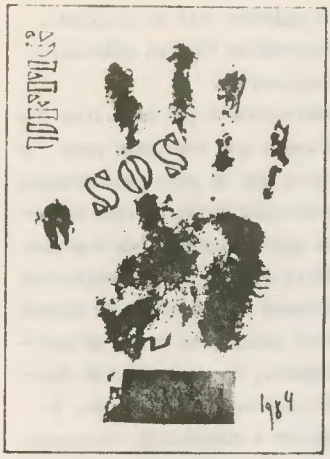
Pergunta a Revista:

"Como pode a Srª Esther de Figueiredo Ferraz acusar os grevistas de causarem "prejuízos ao País" quando os fatos mostram que sua administração está sacando contra os interesses da Nação? Ou não é prejuízo aceitar pacificamente que o orçamento do próximo ano seja inferior ao deste? Ou não é prejuízo a constatação, feita pelo Conselho de Reitores das Universidades Federais, de que, para cada Cr$ 100 que recebiam em 1980, receberam este ano apenas Cr$ 37,80 e receberão, em 85, Cr$ 22,08? Será que não é prejuízo o fato de os 13 hospitais universitários do País terem fechado por falta de recursos? Ou que a Faculdade de Letras da UFRJ esteja há dois anos sem comprar um livro? Ou reduzir a zero os projetos de pesquisa que levaram anos de trabalho e choradas verbas para ser montados? Ou ficaram sem efeito acordos de intercâmbio com universidades estrangeiras pelo singelo gesto de limitar a Cr$ 35 mil as diárias para os visitantes, o que sequer lhe assegura condições para pagar um hotel modesto? Mas é claro que quem considera bom que especialistas de custosa formação recebam salários de Cr$ 447 (professor auxiliar) e 823 mil (professor titular) não pode pensar em diárias de outro porte. E é normal que seja assim, pois, ao ouvir um reitor dizer que sequer tinha recursos para pagar a luz, o Ministro Delfim Neto respondeu: "Pode mandar para mim, que eu pago".

Sr. Presidente,

Senhores Senadores:

Na verdade o que está em jogo é a própria sobrevivência do ensino superior público neste País. Não pode haver mais dúvidas - como aliás já denunciei inúmeras vezes desta Tribuna - de que está em curso, dentro do Ministé -



rio da Educação e Cultura, um plano deliberado de privatização do ensino superior público. As recentes declarações do Secretário-Geral do MEC, Coronel Pasquali, na reunião do Conselho de Reitores em Mato Grosso, publicadas pela revista Isto É, acabam com a dúvida daqueles que porventura ainda não acreditavam no plano. Disse ele:

"A universidade é uma empresa e deve ter receita e despesa para viabilizar sua administração".

"A crise tem hoje muito mais razões internas do que externas, e a principal delas é a falta de perspectivas para que as federais melhorem sem que os alunos que podem paguem por seus estudos".

"O dinheiro, existe, senhores, só que está nas mãos das universidades autárquicas".

Afirmações como estas, quando se sabe que sequer a Emenda João Calmon tem sido cumprida e que as dotações do Governo para às universidades que eram de 6,3 bilhões em 1980 não passarão de 2,1 bilhões em 1985, em valores reais, chegam a ser uma ofensa a todos aqueles que verdadeiramente se preocupam com a Educação neste País.

Senhor Presidente, Senhores Senadores:

O Brasil vive uma fase de transição. Transição sobretudo política que certamente atingirá a outros setores da vida do País. E a universidade é, sem dúvida, uma prioridade nacional.

O Sr. Cid Sampaio - Permite V.Exa um aparte?

O SR. HUMBERTO LUCENA - Com muito prazer, nobre Senador.

O Sr. Cid Sampaio - Ilustre Senador Humberto Lucena, é oportuno o seu pronunciamento, falando em nome do Partido. Nós, brasileiros, que temos responsabilidades no presente e no futuro deste País, estamos apreensivos com o que possa acontecer em face da desorganização completa das Universidades. Convidado pelo Diretor da Faculdade de Engenharia Química da Universidade de Pernambuco para visitar as instalações, não encontrei laboratórios, encontrei ruínas, ruínas na essência do termo. Os fornos as estrifas parados, inexistência de vidraria, de drogas, de tudo.

Indagado o Diretor da escola como os alunos anali

savam, como aprendiam técnica química, ele me respondeu que eles nem analisavam nem aprendiam técnica química, porque os laboratórios não funcionavam.

Sr. Senador, para observarmos o que significa a educação na vida de um país, basta que atentemos para o recente relatório publicado como não ao povo pelo governo americano. Ele alerta que os Estados Unidos perdem terreno na produção industrial, no aperfeiçoamento da sua tecnologia e declara esse relatório que, hoje, em confrontos feitos entre estudantes americanos e estudantes de outros países, quando anteriormente os americanos ocupavam sempre o primeiro e o segundo lugares, hoje se colocam abaixo do sétimo. E atribui à má orientação da educação, à falta do suficiente para preparar a comunidade americana pára um mundo novo. Que diremos nós, do Brasil? Os laboratórios em ruínas, os hospitais fechados e concedendo-se às universidades quase que como uma afronta à própria Nação, 1/3 daquilo que elas recebiam há dois anos passados. Senador Humberto Lucena, quando os professores das universidades iniciaram a greve, eles não pediam somente salários para eles: cônscios e responsáveis do que representam as universidades nos destinos de um país, eles pediam verbas para as universidades, reativação dos laboratórios abertura dos hospitais. Era um movimento da comunidade que representa a elite intelectual deste País, que vinha, diante do Governo, pedir e exigir que não se paralizasse o País, que não se condenasse este País não só aos vexames porque passa hoje, mas talvez, meio século de vexames futuros pela incompetência, incapacidade e defeitos na formação de seus técnicos. Felicito V.Exª pelo magnífico discurso que está fazendo e espero que os homens responsáveis pelo Governo deste País acordem: se podem, agora, prejudicar a Nação, pelo menos não a prejudiquem por um século. Agradeço a V.Exª .

O SR. HUMBERTO LUCENA - Agradeço, sensibilizado, à intervenção de V.Exª que ilustra o meu pronunciamento.

Sr. Presidente, Srs. Senadores:

Sete meses, todavia, ainda nos separam de 15 de março de 1985. Até lá, haveremos de continuar insistindo para que pelo menos o bom senso predomine nas decisões finais deste Governo. É isso o que esperamos com relação à

crise da universidade.

Professores e funcionários depositam todas as suas esperanças na Comissão de Reitores que deverá estar funcionando brevemente para estudar suas reivindicações e encaminhar sugestões ao MEC, no prazo de 30 dias. Eles confiam que as sugestões da Comissão serão acatadas e implementadas imediatamente. Outro comportamento do Governo deixará professores e funcionários sem outra alternativa senão recorrer novamente à greve nacional para obter suas justas reivindicações. Essa, Senhor Presidente, Senhores Senadores, é uma alternativa que nenhum de nós deseja e só virá se persistir a inexplicável intransigência do Governo.

Leio agora, para que conste dos Anais do Senado federal o Manifesto à Nação divulgado pelo Comando Nacional de Greve no dia 7 último:

"Após 84 dias de greve que paralisou todas as Instituições de ensino Superior Federal Autárquicas, mobilizando como nunca professores e servidores em todo o País, com o apoio decisivo de estudantes, intelectuais, entidades civis e sindicais, todos os partidos políticos, dezoito Governadores e ainda, contando com a inegável simpatia da Opinião Pública, somos forçados a declarar que não fomos atendidos em nenhuma de nossas justas reivindicações.

Durante todo o movimento grevista, o Governo manteve uma postura protelatória, intransigente e não se dispôs a negociar. Pelo contrário, acionou medidas punitivas ao colocar na ilegalidade a GREVE que a Sociedade Brasileira apoiou como justa e legítima.

Nos próximos trinta dias, permaneceremos mobilizados, acompanhando atentamente os trabalhos da Comissão do Conselho de Reitores, credenciados pelo MEC. Sabemos que essa Comissãofoi instituída como mais uma das manobras protelatórias do Governo. No entanto, a Forçado Movimento e o apoio conquistado exigem que ela seja capaz de encaminhar uma solução concreta para a nossa Pauta de Reivindicações. Caso a Comissão do CRUB venha a se consolidar como um engodo, os Professores a denunciarão energicamente.

Recusamo-nos ao Subterfúgio de transformar em Vitórias Aparentes, conquistas transitórias e duvidosas. Na

da conseguimos em relação à Pauta de Reivindicações do Movimento Grevista e não nos conformamos com isto. A Trégua obtida com o Recuo do MEC tem de ser assumida cruamente, com a coragem de quem vai continuar a Luta.

Estamos retornando às atividades dispostos a não transigir e a continuar denunciando as Precárias condições de Trabalho existentes nas Universidades. Não Compactuaremos com as Improvisações que prejudicam a qualidade do ensino e da produção científica.

Enfatizamos o grande significado Político desse Movimento na Pauta da Sociedade Brasileira, em contato direto com a população. Ficaram patentes as condições de Deteriorização do Ensino e da Pesquisa e o Risco Concreto de Destruição da Universidade Pública e Gratuita.

A Sociedade levantou em conjunto com os Professores e Servidores assumindo o papel Histórico de Defender esse grande Patrimônio Cultural e Científico que pertence a todo o povo brasileiro.

Continuaremos lutando e não desistiremos até a vitória. Nosso Movimento conseguiu resistir à Intransigência e às Ameaças do Governo. Continuaremos Unidos e Fortes, com a mesma Garra, a mesma Disposição de luta e a Consciência de nossa responsabilidade em Defender a Sobrevivência da Universidade Pública e Gratuita.

Enfrentamos este Resto de Ditadura que tenta se Perpetuar, contra a qual continuaremos a Defender uma Universidade com Atividade Acadêmica, Pesquisa Científica, Condições Dignas de Trabalho, enfim, uma Universidade que mereça de fato esse nome".

Era o que tinha a dizer.

Dois momentos do Crub

No dia 13 de junho, o CRUB divulgou o documento "Em defesa da Universidade Brasileira", apoiando as reivindicações de professores e funcionários e pedindo mais verbas. Num segundo documento, divulgado a 27 de julho, a posição muda frontalmente, identificando "modismos" e "desvios dos princípios e valores" no movimento. Aqui, a íntegra dos dois documentos.

1)

Ao longo dos anos, as instituições de ensino superior vêm dando o melhor de si na tentativa de corresponderem às exigências de uma sociedade moderna.

De parte da união, registram-se substancias aplicações em construção, em aperfeiçoamento de pessoal docente, na consolidação do regime de dedicação exclusiva e no apoio à pesquisa.

De parte das instituições de ensino superior, impõe-se destacar a cotidiana preocupação com a qualidade do ensino, a expansão progressiva e sólida da pós-graduação, a integração mais ampla com a sociedade através de programas de extensão, o desenvolvimento acentuado e qualitativamente mais significativo das atividades de pesquisa.

Estado e Universidade, cada um à sua maneira e complementando-se nos esforços, para garantir uma adequada formação de recursos humanos de alto nível e para ampliar suas possibilidades de desenvolvimento científico e tecnológico autônomo, acabaram por consolidar um parque Universitário já respeitável e com imenso potencial de serviço ao País.

Esse parque Universitário é um patrimônio da sociedade brasileira. Por isso, mesmo, os dirigentes das diferentes instituições Universitárias sentem-se no dever de reiterar, ainda uma vez aos responsáveis pelo Governo - autoridades do executivo e representantes do povo no Congresso Nacional - a advertência de que esse patrimônio está seriamente ameaçado.

Sem rememorar as razões, queremos mostrar a todos que a advertência não é infundada. E como, para tanto, é preciso ser rigorosamente objetivo, analisemos os da

dos do orçamento do tesouro para a educação superior nos anos desta década.

A análise revela que as verbas para manutenção das Universidades vêm sofrendo rápida e implacável redução. Para cada Cr$ 100,00 que as Universidades Federais recebiam em 1980, elas recebem hoje Cr$ 37,80 e receberão, em 1985, tendo em vista a dotação já fixada pelo Ministério da Educação e Cultura, Cr$ 22,08, ou Cr$ 33,22, se confirmado o valor previsto para o orçamento extra-teto.

Em consequência, nossas Universidades não têm como renovar e reparar seu equipamento de ensino, atualizar suas bibliotecas, conservar seus prédios e instalações, manter o nível de suas aulas práticas, operar seus Hospitais e nem mesmo pagar os serviços de luz, limpeza, transportes, água, telefone, vigilância e outras despesas essenciais de custeio.

Como nos parece inadmissível comprometer todo o investimento já realizado pelo Governo e pelas instituições de ensino superior propomos, para preservá-lo, as seguintes soluções emergenciais.

1. Reformulação do orçamento de 1984 com suplementação de recursos para repô-lo ao nível de 1980;

2. Consignação, no orçamento de 1985, de dotação em valor real equivalente à do orçamento de 1981;

Sem a adoção imediata dessas medidas mínimas será impossível sustar o processo de deterioração física e de queda de qualidade do ensino que vem afetando nossas Universidades.

Assim, em nome do que já se fez pela construção de um patrimônio tão valioso, os signatários deste documento confiam em que sua advertência cale fundo na consciência dos que têm o poder e o dever institucional de manter viva a Universidade brasileira.

Consideramos também que os vencimentos pagos aos professores e funcionários técnico-administrativos das autarquias vêm sofrendo,ao longo dos anos, um achatamento que torna aflitiva suas condições de vida. De janeiro de 1979 a abril de 1984, houve uma perda salarial de 167,60% para os servidores e de 103% para os docentes, tomando-se como referência a evolução do INPC. No mesmo pe-

ríodo, o pessoal das Fund. tem recebido uma remunera - ção mais justa. Prestando serviços idênticos e sendo ambas mantidas pelo Estado, Autarquias e Fundações pertencem ao mesmo sistema de ensino. Por conseguinte, é de justiça que se venha a compatibilizar as escalas salariais das insti - tuições autárquicas e das fundacionais mantidas pela União, mediante legislação própria, formulada a partir de estudos aprofundados, em que se considerem e se equilibrem, na melhor medida possível, as diversas variáveis envolvidas.

No entanto, a complexidade do problema, e a evidência de que sua solução definitiva demandará um pro - cesso gradativo, manifestam que essa proposta, ainda que de logo endossada pelas autoridades competentes, não pode, isoladamente, sem grave equívoco , ser entendida como medi da eficaz para debelar a crise ora instalada.

Impõe-se, portanto, uma solução concomitante, emergencial, sob a forma de reajuste salarial específi co que permita, de pronto, minorar a difícil situação dos docentes e servidores técnico-administrativos das autarqui as de ensino.

De há muito vimos buscando e oferecendo sugestões de caráter básico, preventivo, certos de que a cri se de hoje, como a de ontem, tem origens profundas, de natureza conceitual e estrutural.

Os signatários deste documento concluem que somente através da solução imediata e definitiva do proble ma orçamentário e da pronta recuperação da justiça salarial será possível restabelecer o clima de normalidade nas instituições de ensino superior, que vêm sendo, desde 1980, anualmente afetado por essas duas questões.

2) "O Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras, em sua XXXIX Reunião Plenária, dada em Campo Grande, nos dias 24 e 27 de julho de 1984, julga-se no dever de manifestar à Nação sua profunda preocupação com o momento presente e com o futuro da universidade brasilei ra.

Vale lembrar que a universidade está subordinada a um ideal geral, determinante das múltiplas dimensões que a integram.

Cabe-lhe ser o lugar da coexistência de o-

piniões mesmo divergentes e até antagônicas frutos da livre investigação da verdade, ideal que importa tornar cada vez mais nítido e que cumpre resguardar.

A Universidade Brasileira por sua natureza, por seus vínculos com o passado e por seus compromissos com as gerações futuras, é portadora de uma sensibilidade que a faz espelho da sociedade, o que significa dizer que a sua atual crise é conseqüência da crise nacional.

Em várias ocasiões, este conselho salientou os efeitos do momento econômico nacional sobre a instituição universitária. Desnecessário enfatizar, mais uma vez, o risco que corre o País de ver erodido seu patrimônio educacional, tanto maior se a ele se somam as conotações políticas da presente conjuntura.

A universidade não pode manter-se alheia aos movimentos da sociedade, da capacidade de responder aos anseios de mudança, e prova sua continuidade ao longo dos séculos e sua sobrevivência aos mais diversos acontecimentos da história das nações. Isso é resultante da vocação natural, que é a sua própria essência, de ser veículo da consciência crítica da sociedade.

O embate das idéias não pode, no entanto, exigir que a universidade assuma compromisso político-ideológico que, nas atuais circunstâncias, será, quando muito, uma posição conjuntural.

O atual momento histórico induziu o surgimento de movimentos nitidamente corporativistas na cena educacional. Posturas e reivindicações que buscam diluir a responsabilidade e a autoridade aparecem mescladas aos justos anseios de melhoria das condições de trabalho e de ensino. As forças que, dentro da universidade, tentam desviá-la dos princípios e valores próprios da vida acadêmica estão exercendo, na realidade, papel deletério e vêm somar-se às que, de fora, tentam destruí-la.

Acredita o Conselho de Reitores que, a exemplo do passado, a universidade, ciente de suas próprias imperfeições e limitações, sobrepassará, num processo permanente de autocrítica e reavaliação, a diferença dos tempos. Acredita, também, que o fará sem se deixar levar pela pressão dos modismos, mas, antes, por uma visão do amanhã que não estará mascarada pelas circunstâncias do hoje.

A contribuição que a universidade brasileira vem prestando e o potencial do que tem a dar, fruto do esforço cumulativo de gerações, não podem ser simplesmente negados ou destruídos. A educação, em si mesma, e a universidade em especial, não são elementos adjetivos, mas componentes essenciais de qualquer projeto de desenvolvimento. Não pode esse segmento particular da sociedade, que é a universidade, ser empolgado por propostas que não lhe respeitem a natureza, a autonomia, a pluralidade cultural e institucional e a liberdade acadêmica, que lhe conferem uma singular responsabilidade e dignidade frente à Nação.

A par dessas considerações que visam alertar a sociedade brasileira para o momento que vive a sua universidade, o conselho de reitores julga de fundamental importância fixar-se na posição que de há longo tempo vem sustentando em defesa da educação e de sua priorização como valor universal.

A universidade não é problema mas sim solução e como tal deve ser encarada."

O dia-a-dia da greve

. Outubro/83 - É enviada carta à Ministra da Educação com as reivindicações, sem entretanto obter-se alguma resposta;
. Fevereiro/84 - Congresso da ANDES decide tentar negociação e discutir possibilidade de Greve em maio;
. 04/Abril/84 - A pauta de reivindicações é protocolada no MEC com prazo de 30 dias;
. 15/Maio/84 - Inicia-se a Greve Nacional dos Professores das Autarquias universitárias, protestando pelo não atendimento de suas reivindicações, entre elas o reajuste de 64,8% e liberação de mais verbas para a manutenção das atividades.

CRONOLOGIA DA GREVE

MAIO

. 23 - Contato com Esther e com Aureliano (Figueiredo estava no Japão) Eles reconhecem que as reivindicações são justas, mas afirmam que o Governo não pode atendê-las;
. 26 - Realiza-se com grande êxito o programa "Universidade na Praça", em BH, que posteriormente seria repetido no Parque Municipal;
. 30 - Novo contato com Esther; a Câmara Federal faz Comissão Interpartidária de apoio;
. 31 - A Assembléia Legislativa de Minas Gerais faz sessão solene de apoio: a Greve se espalha com a adesão de várias unidades isoladas (CEFET, Alfenas, Itajubá etc), dos Médicos residentes e INAMPS.

JUNHO

. 05 a 07 - A FAFICH promove seminário sobre os"20 anos de UFMG" com a presença de um público numeroso e da imprensa;
. 08 - A Assembléia da UFMG repudia o anteprojeto de equiparação divulgado extra-oficialmente. O MEC começa a pressionar (telex pede lista e ameaça com punições);
. 12 - Caravanas de professores se reúnem em Brasília para um ato público contra o silêncio governamental diante de suas reivindicações. É o "Dia de Luta pela Abertura de Negociações". Em BH, os grevistas desafiam proibição e organizam uma passeata da Escola de Direito ao Palácio da Liberdade;
. 13 - O Conselho de Reitores das Universidade Brasileiras (CRUB) divulga documento "Em Defesa da Universidade Brasileira";
. 25 - Sai reajuste de 65% (antes os funcionários já tinham 20% de "gratificação")

JULHO

. 02 - Esther na TV anuncia projeto de equiparação salarial, pelo qual os professores e servidores das fundações de ensino superior vinculados ao Ministério da Educação ficam sujeitos, a partir de 1º de janeiro de 1985, aos mesmos percentuais e datas-base de reajustamento geral de vencimentos e salários do funcionalismo público federal, deixando de ser reajustados em março e setembro com base no INPC, como previa o projeto original.

A Ministra exigiu ainda que a greve terminasse dentro de uma semana. Em todo País realizam-se Assembléias que rejeitam o projeto e votam pela continuidade do movimento;

. 12 - "Dia Nacional da Resposta", que contou com manifestações em várias cidades. Em BH, funcionários do SIMPAS e da UFMG realizam uma passeata com 7 mil pessoas, saindo da Escola de Direito até o Palácio da Liberdade;

. 16 - O MEC continua a pressionar. Sai decreto Reitor "Pró-Tempore".

. 17 - Em pronunciamento nas emissoras de Rádio e TV, Esther anuncia que o Governo decidiu conceder reajustes semestrais (em janeiro e julho, a partir de janeiro de 85), fazendo assim pequenas mudanças no projeto;

. 18 - É decretada a ilegalidade da Greve. A Ministra anuncia o corte de verbas para as Universidades, sustando, inclusive a remessa das verbas destinadas ao pagamento de pessoal no mês de julho;

Os boatos de intervenção na UFMG se espalham via Reitoria.

. 24 - ANDES apresenta ao MEC pauta de reivindicações modificada, abrindo mão da reposição salarial de 64,8% a partir de janeiro de 84, em troca de um reajuste emergencial de 100% do INPC em setembro (índice acumulado dos meses de julho, agosto e setembro);

Entretanto, o MEC reafirma não negociar;

O Conselho Universitário da UFMG solta nota oficial contra a decisão do Ministério de suspender a liberação das verbas;

. 26 - O CRUB, reunido em Campo Grande, divulga nota oficial declarando ter interrompido a mediação na Greve dos docentes e servidores da Universidades Autárquicas e defende a volta à normalidade acadêmica;

Faculdades isoladas começam a sair da Greve. Assembléia dos servidores mostra divisões;

. 27 - Em Assembléias estaduais, os médicos residentes aprovam a contraproposta governamental que concede piso salarial de três salários mínimos mais gratificação de 35%, indicando assim a saída da Greve. O INAMPS já saiu:

. 30 - Marchezan negocia e Esther promete "comissão de alto nível" via CRUB e não punição se a Greve acabar;

. 30/07 a 03/08 - Depois de realizadas assembléias gerais nos Estados a maioria dos grevistas decide suspender a Greve.

NOVOS CAMINHOS
Nº 4 - outubro de 84
Publicação da Associação dos Professores Universitários de Belo Horizonte - APUBH.
Av. Álvares Cabral, 211 - sala 1502 - Telefone: 201 - 9470

DIRETORIA

Luiz Pompeu de Campos - Presidente
Rodolfo Braga Almeida - 1º vice-presidente
Matildes Osória Rodrigues Costa - 2º vice-presidente.
Nilcéia Moraleida Gomes - 1º secretário
Lucília Regina de Souza Machado - 2º secretário
Evanise Miranda de Novais - 1º tesoureiro
Eduardo Nohme Cardoso - 2º tesoureiro

SUPLENTES

Maria Cristina Magro
Eliane Novato Silva

COMISSÃO EDITORIAL

Bernardo de Andrade Carvalho
Nilcéia Moraleida Gomes
Ivana Versiani Galery
Samuel Moreira da Silva

EDIÇÃO:

Marcio Godinho Oliveira - SSPMG 1866

FOTOS:

Ana Maria Soares, Deptº Química, cedidas pela Assufemg

ILUSTRAÇÕES:

Professores da Escola de Belas Artes da UFMG

CAPA: Centro Audiovisual da UFMG

Datilografia: Herbert Toledo Martins

IMPRESSÃO: Segrac - Telefone 222-8800

centro
audiovisual
UFMG